

***“A Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés BEL
Refugees : O impacto da sociedade civil no acolhimento
de migrantes em Bruxelas”***

Clara Mourinho Belbut Ferreira de Sousa

**Relatório de Estágio de Mestrado em Migrações, Inter-
Etnicidades e Transnacionalismo**

Novembro de 2023

Este Relatório de Estágio é apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, sob a orientação científica do Prof. Dr. José Mapril.

O estágio foi coordenado por Naïké Garry, anterior Coordenadora Adjunta da *Sister's House e dos Hébergements Collectifs* e, mais tarde, por Pauline Burette, *Chargée de Projet - Sister's House e Hébergements Collectifs*.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que este Relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

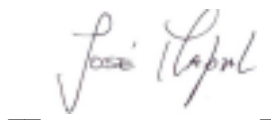
O candidato,



Lisboa, 13 de Novembro de 2023

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



Lisboa, 13 de Novembro de 2023

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Professor Doutor José Mapril, pela sua orientação e apoio na elaboração deste relatório, bem como à Professora Doutora Dulce Pimentel, pelos seus esclarecimentos como professora responsável pelo Seminário de Acompanhamento da Componente Não-letiva e como coordenadora do Mestrado.

De seguida, tenho de agradecer e expressar a minha enorme admiração por toda a equipa da *Sister's House* pela sua dedicação e força em lutar todos os dias por um mundo mais humano. Em especial, agradeço às minhas colegas gerentes de projeto, Pauline, Farah e Gaëlle, pela sua mentoria e confiança. À Cristina e à Virginie, que me acolheram nos meus primeiros meses e tiveram um enorme impacto na minha experiência, aprendi muito convosco. À Delphine, à Naïké e à Kaddhija, coordenadoras da *Sister's House* e dos *Hébergements Collectifs* durante o meu estágio.

Por último, resta-me agradecer aos meus familiares e próximos, pessoas que tanto admiro. Em especial, agradeço ao César pelo seu apoio e paciência infinita que acompanhou todo este processo ao meu lado e todos os dias me deu força e motivação. À minha mãe e ao meu pai, aos meus avós e às minhas irmãs que, de longe, me continuam a acompanhar e apoiar a cada dia. Obrigada aos sete pelo vosso amor incondicional. Ao Marc pela cumplicidade, pelas longas conversas e desabafos, pela amizade. À Lucy pela luz e carinho que me transmite a cada conversa. À Inês, à Sara, à Maria e à Laura, minhas companheiras de vida.

A todos vós, obrigada.

Resumo

Este relatório tem como objetivo a exposição do meu trabalho como estagiária de gerente de projetos na *Sister's House* e nos *Hébergements Collectifs* da *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés BEL Refugees*, em Bruxelas, entre outubro de 2022 e maio de 2023. Foco-me, depois, numa análise da questão da integração de imigrantes em Bruxelas e numa reflexão sobre a relevância de uma abordagem qualitativa, feita através do envolvimento voluntário dos cidadãos de Bruxelas. Pretendo, então, defender a importância de uma desconstrução e reformulação do conceito de integração, realçando o impacto que a sociedade de acolhimento pode ter neste processo.

Palavras-chave: Integração, Imigração, Bruxelas, Asilo, Voluntariado

Abstract

This report was written with the goal of sharing my work as a project manager intern at the Sister's House and Collective Accommodations of the *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés BEL Refugees*, in Brussels, between October 2022 and May 2023. After that, I focus on an analysis of the immigrant integration topic in Brussels and on a reflection on the relevance of a qualitative approach, achieved by the engagement of civil society. Thus, I intend to defend the importance of a deconstruction and reformulation of the concept of integration, emphasizing the impact that the host society can have in this process.

Key Words: Integration, Immigration, Brussels, Asylum, Volunteering

Índice

Lista de Abreviaturas	7
Introdução	8
1. A Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés BEL Refugees	9
1.1. A Sister's House	10
1.2. Os Hébergements Collectifs (HC)	12
2. Contextualização	13
2.1. Asilo na Bélgica	13
2.2. La crise de l'accueil	15
O Estágio de Chargée de Projet – Sister's House e Hébergements Collectifs	18
1. A posição de chargée de projet (CdP)	18
2. Atividades desenvolvidas	20
3. Reflexões	25
Desenvolvimento do tema	27
1. Metodologia	27
2. Impacto da PCSR	29
3. Envolvimento da sociedade civil	30
3.1. Importância das atividades nos Hébergements Collectifs	30
4. Literatura e Discussão	33
4.1. Integração e segregação em Bruxelas	39
4.2. “Integração”?	42
Conclusão	47
Bibliografia	50
Anexos	54
.....	54

Lista de Abreviaturas

PCSR *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés*

SH *Sister's House*

HC *Hébergements Collectifs*

PU *Porte d'Ulysse*

HUB *Hub Humanitaire*

SISA Serviço de Informação Social e Administrativa

PMS Psico-médico-social

CdP *Chargée de Projet / Gerente de Projeto*

Introdução

Este relatório expõe o meu trabalho como estagiária na *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés BEL Refugees*, no qual acompanhei a equipa de gerentes de projeto da *Sister's House* e dos *Hébergements Collectifs*. Durante os dois anos de Mestrado, que comecei depois de oito meses como voluntária em duas organizações não-governamentais de apoio a refugiados na Grécia (em Samos e em Salónica), debrucei-me sobre a questão da receção e acolhimento de pessoas em migração, em específico sobre a ideia de integração.

O meu interesse pela integração surge, precisamente, depois uma visita a Bruxelas, na qual vi uma cidade fragmentada, dividida por zonas e bairros categorizados pelas origens e etnias dos seus habitantes. Pareceu-me um tanto irónico que a capital da União Europeia – que assume como um dos seus principais objetivos o combate à exclusão social e à discriminação, tendo a igualdade como valor de base¹ – fosse uma cidade tão pouco coesa, com tantos problemas de segregação e estigmatização.

Desta forma, foquei a minha pesquisa em perceber porque é que esses problemas existem e, depois, numa desconstrução da visão unilateral da integração, no sentido em que considero ser algo para o qual cabe a todas as partes envolvidas trabalhar: a pessoa migrante, o governo e a sociedade de acolhimento. Ao governo cabe garantir que os direitos básicos das pessoas migrantes são garantidos (e cumpridos) e a implementação de medidas de integração e antidiscriminação eficazes, prevendo e adaptando-se aos fluxos e tendências de imigração para o seu país. À sociedade de acolhimento cabe a abertura e preparação para acolher, que só pode existir se houver sensibilização e informação sobre as dinâmicas e benefícios da imigração, bem como uma desmistificação de várias ideias e preconceitos associados à mesma. Será apenas se estas condições estiverem reunidas que poderá existir integração – é preciso, primeiro, enfrentar e resolver os problemas sociais e estruturais que são um entrave à inclusão e participação social, política e económica de pessoas imigrantes. O objetivo do meu estágio foi, então, ver e aprender de que forma estas ideias podem ser postas em prática, com uma associação que atua em todos estes eixos.

¹ https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_pt

1. *A Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés BEL Refugees*

A PCSR é uma associação sem fins lucrativos, baseada em Bruxelas, criada a partir de uma mobilização de um grupo de habitantes contra a precariedade e hostilidade enfrentada pelos migrantes que, em 2015, tentavam introduzir um pedido de proteção internacional na Bélgica. Em Bruxelas, uma grande parte destas pessoas agrupava-se no *Parc Maximilien*, um jardim próximo ao *Office des Étrangers* na altura. Este grupo de voluntários começou, então, a fazer distribuições diárias de comida, tendas, roupa, produtos de higiene e apoio material no geral.

Passamos ao inverno de 2017, no qual, face a uma nova vaga de chegadas a Bruxelas, que na maioria estavam apenas de passagem, várias famílias começaram a acolhê-las temporariamente nas suas próprias casas. Este movimento deu lugar à disponibilização de dois espaços destinados ao acolhimento de urgência, um pertencente a uma Câmara Municipal e outro pertencente a um proprietário privado, solidário com o projeto da PCSR. Durante a primavera de 2018, os voluntários da PCSR tornam a apelar a uma mobilização no sentido de encontrar mais soluções de acolhimento, desta vez resultando na abertura de cerca de 20 espaços de acolhimento de urgência, a serem geridos pelos voluntários da PCSR.

Com foco numa transformação das representações e atitudes em relação às pessoas em migração, este grupo de voluntários procurava, de alguma forma, compensar a falta de ação por parte do Estado. É desta mobilização que nasce a PCSR, uma organização que, em fevereiro de 2023, alojava cerca de 1440 pessoas entre os seus vários dispositivos em Bruxelas e na Valónia e o projeto *Hébergement Citoyen*². A organização propõe um alojamento de urgência a todas estas pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, seja porque estão apenas de passagem por Bruxelas, seja porque estão à espera de poderem ser alojados num centro de acolhimento - desde a sua chegada a Bruxelas, até conseguirem encontrar uma outra solução de alojamento ou terem direito/conseguirem (em momentos de crise no sistema de acolhimento) um lugar num centro da *Fedasil* ou da Cruz Vermelha (as principais entidades que gerem os centros de acolhimento para requerentes de asilo na Bélgica).

² <https://www.facebook.com/BELREFUGEES/posts/572742378214334>

Atualmente, a PCSR atua em vários eixos: acolhimento, serviços de informação e acompanhamento social e administrativo (o SISA, formado por assistentes sociais e juristas especializados/as em migração), distribuição de roupas e apoio material (no *Hub Humanitaire* – centro comunitário gerido por várias organizações, ver anexo 1 – organização hub) e aulas de línguas (*École Maximilien*). Estes serviços estão em constante interação e todos os beneficiários da *Plateforme* têm acesso a todos os serviços, independentemente da unidade de acolhimento da qual fazem parte (anexo 2 – organograma PCSR).

1.1. A *Sister's House*

A *Sister's House* é o único centro da *Plateforme* destinado apenas a mulheres, numa abordagem não-mista que tem em consideração questões de género e a vulnerabilidade acrescida das mulheres no contexto migratório, ainda maior quando associada à situação de sem-abrigo. O perigo e a violência que já são característicos deste tipo de percurso migratório são acentuados pelas questões de desigualdade e violência de género vividas pelas mulheres, que se cruzam com questões de raça e classe – uma intersecção entre vários sistemas de opressão (Crenshaw, 1989; Garny, 2022). Pensar a interseccionalidade nos estudos de género permite ao feminismo e à teoria feminista uma maior abrangência (Davis, 2008)³. Da mesma forma, reconhecer que o público-alvo da *Sister's House* é afetado de uma forma interseccional que vai para além da raça e da classe (situação de sem-abrigo, migração irregular, barreiras linguísticas e culturais, por exemplo) é o primeiro passo para conseguir providenciar um acolhimento e suporte adaptado às suas necessidades específicas⁴.

³ Kimberlé Crenshaw toca exatamente no mesmo ponto em « Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics » (1989) quando escreve: “The value of feminist theory to Black women is diminished because it evolves from a white racial context that is seldom acknowledged. Not only are women of color in fact overlooked, but their exclusion is reinforced when white women speak for and as women. The authoritative universal voice-usually white male subjectivity masquerading as non-racial, non-gendered objectivity – is merely transferred to those who, but for gender, share many of the same cultural, economic and social characteristics. When feminist theory attempts to describe women's experiences through analyzing patriarchy, sexuality, or separate spheres ideology, it often overlooks the role of race. Feminists thus ignore how their own race functions to mitigate some aspects of sexism and, moreover, how it often privileges them over and contributes to the domination of other women.” (Crenshaw, 1989, 154)

⁴ Por exemplo, a equipa da *Sister's House* conta com duas mediadoras interculturais e com outros membros que falam as principais línguas das residentes (árabe, tigrínia e amárico).

No início da formação da PCSR, as mulheres eram uma minoria no público da organização e geralmente eram acolhidas pelas famílias do *Hébergement Citoyen*. Porém, após um aumento no número de mulheres no *Parc Maximilien* e nas ruas de Bruxelas, a primeira *Sister's House* abre, em novembro de 2018, inteiramente gerida por voluntárias e pelas residentes (Garny, 2022). Hoje em dia, depois de várias mudanças, a SH tem capacidade de alojar até 80 mulheres no seu edifício atual, funcionando como comunidade, de forma consistente e permanente num edifício que está aberto 24h por dia, 7 dias por semana.

A *Sister's House* é gerida por uma equipa permanente de cerca de 25 mulheres e por um grupo de cerca de 120 voluntárias, o que permite oferecer um acolhimento com bastante qualidade: todas as residentes são seguidas por uma assistente social e uma jurista e são acompanhadas em termos médicos, para além de lhe serem fornecidos produtos de higiene, toalhas, roupa de cama e três refeições por dia (mais lanches à disposição). Todas as residentes são autónomas e responsáveis pelas tarefas domésticas, preparação das refeições e manutenção do local. A equipa da *Sister's House* conta com uma pessoa encarregue de organizar e propor atividades às residentes (*Sisters*), que se juntam àquelas propostas pelas voluntárias e por organizações parceiras.

Desta forma, a vida na *Sister's House* é dinâmica, animada, movimentada e ao mesmo tempo é um lugar calmo, seguro, onde tudo é feito com intenção, cuidado e generosidade, com um grande foco na entreaajuda, na irmandade e em fornecer um acolhimento digno e de qualidade, onde as mulheres se sintam seguras, onde consigam realmente repousar e repor forças para continuar a sua já longa e perigosa viagem. A SH é um sítio onde, em vez de se tentarem apagar as diferenças, se luta em prol da criação de espaços seguros e contra a invisibilidade das mulheres em processo migratório, com uma abordagem que tem em consideração questões específicas à migração feminina, formas de violência de género específicas ao contexto migratório, tentando desconstruir o modelo vigente de acolhimento de urgência.

“[...] a ideia era criar um espaço de encontros, de respostas às necessidades, de escuta e de fala para que as suas vozes pudessem ser ouvidas. Mas ao mesmo tempo um lugar de forte envolvimento por parte dos voluntários que, assegurando-se da gestão quotidiana, acabam por se

envolver numa luta política de rutura com a maneira como o Estado vê (ou não vê) o acolhimento de mulheres migrantes.”

(Garny, 2022, 31, tradução do autor)⁵

1.2. Os *Hébergements Collectifs* (HC)

Os HC são dispositivos de acolhimento para homens isolados que são geridos pela mesma equipa que a SH, ainda que tenham um funcionamento e organização muito diferentes. Essencialmente, os HC funcionam mais como uma casa partilhada e independente, enquanto a SH funciona de forma mais parecida a um centro de acolhimento.

Os primeiros *Hébergements Collectifs* aparecem no inverno de 2017, com disponibilização dos dois espaços destinados a acolhimento de urgência. Em 2018, eram já cerca de vinte, em várias zonas da cidade, geridos pelos voluntários da PCSR. Nesta altura, destinavam-se ao acolhimento a curto prazo daqueles que estavam apenas de passagem por Bruxelas, como era o caso da maior parte da população de migrantes que se agrupava no momento no *Parc Maximilien*. Porém, este é um projeto que está continuamente a evoluir e a adaptar-se à situação do momento.

Assim sendo, atualmente e tendo em conta a abertura de vários outros dispositivos da *Plateforme* que se dedicam ao acolhimento de urgência de curta duração, os *Hébergements Collectifs* destinam-se a um acolhimento de médio/longo prazo, com um grupo relativamente fixo de residentes. São, basicamente, casas disponibilizadas tanto pelas autoridades municipais, como por proprietários solidários: cada casa tem capacidade para alojar entre 10 e 15 pessoas, de maneira a conseguir que haja, dentro dos possíveis, alguma privacidade entre os residentes, que vêm de países diferentes, com culturas, línguas, percursos e histórias de vida diferentes. As assistentes sociais e juristas do SISA fazem visitas regulares a cada HC, de maneira a garantir um bom acompanhamento psico-médico-social dos residentes.

⁵ No original: “[...] l’idée était d’en faire un espace de rencontres, de réponses à des besoins, d’écoute et de parole pour que leurs voix puissent être entendues. Mais également un lieu d’engagement fort de la part des bénévoles qui, en y assurant la gestion quotidienne, se mettaient au service d’une lutte politique en rupture avec la manière dont l’État envisage (ou n’envisage pas) l’accueil des femmes migrantes.” (Garny, 2022, 31)

Os residentes dos HC são, então, completamente autónomos e independentes na gestão da sua vida diária. A *Plateforme* fornece os alimentos e todos os produtos básicos de limpeza e higiene, através da entrega de uma grande encomenda a cada duas semanas. A mobília das casas também é fornecida pela *Plateforme* e é obtida através de donativos. As casas contam com um grupo de voluntários que se disponibilizam a recuperar os artigos que não foram vendidos às mercearias e mercados locais. Cada casa tem ainda um grupo de voluntários que apoia os residentes no dia-a-dia e na sua inserção na vida de Bruxelas, através de vários momentos de convívio semanais e da proposição de diferentes tipos de atividades na cidade.

O projeto dos HC depende em enorme medida de voluntários. Na verdade, é um projeto que não é possível manter sem voluntários porque são estes que fazem a ligação entre os residentes e os membros da equipa, informando se existe algo a ter em especial atenção, se existe alguma coisa a reparar ou em falta na casa. São os voluntários que têm uma presença regular nas casas e são eles quem melhor conhece os residentes. Para além disso, os voluntários desempenham um papel importantíssimo na criação de laços entre os próprios residentes, prevenindo conflitos, que se imaginariam recorrentes tendo em conta que são casas com muitas pessoas, de origens, línguas e backgrounds diferentes, com poucas soluções de intimidade e de privacidade. O papel dos voluntários nos *Hébergements Collectifs* será abordado mais à frente.

2. Contextualização

2.1. Asilo na Bélgica

Antes de continuar, considero relevante abordar brevemente o processo de requerimento de asilo na Bélgica, especialmente durante o procedimento de Dublin⁶. É, também, importante salientar que o número de pedidos de proteção internacional em

⁶ O Regulamento de Dublin III é a lei da União Europeia que define quais os critérios para a determinação do Estado-Membro responsável por processar um requerimento de asilo. De acordo com o mesmo, o EM responsável é aquele através do qual o requerente de asilo entrou na União Europeia, onde à partida deixou as suas impressões digitais na base de dados EURODAC. Se o requerente de asilo não estiver a fazer o pedido nesse EM, será transferido num prazo de seis meses (num procedimento normal). Existem, porém, outros fatores que determinam qual o EM responsável pela análise do pedido, como, por exemplo, a presença de membros familiares residentes nesse país, ou ter uma autorização de residência ou visto. https://www.scf.pt/pt/Documents/Folheto%20Regulamento_DUBLIN.pdf

Portugal não se compara aos elevados números da Bélgica⁷ (SEF, 2023), pelo que não se pode esperar que os sistemas e medidas de acolhimento sejam parecidos ou equiparáveis.

Chegando a Bruxelas, e caso não o tenha feito nas fronteiras ou num centro, o requerente de asilo deve-se apresentar ao *Office des Étrangers*, onde faz o seu pedido. Segundo a lei, o requerente de asilo tem direito a apoio material a partir do momento em que introduz o seu pedido de proteção internacional. São feitas todas as verificações e controlos de segurança e depois são tiradas as impressões digitais e analisados os documentos e as declarações do requerente de asilo, de forma a saber se a pessoa deve ser abrangida pelo procedimento de Dublin. Não sendo a Bélgica o país responsável pelo processamento do pedido, o requerente de asilo pode indicar os motivos pelos quais não quer voltar e permanecer no Estado-Membro (EM) responsável. Caso a decisão não seja favorável para o requerente de asilo, a transferência para o EM responsável deve ter lugar nos seis meses seguintes. Durante este tempo, é-lhe dada a opção de permanecer num centro destinado a pessoas em procedimento de Dublin. A pessoa em questão é também convocada várias vezes para se apresentar ao *Office des Étrangers*, correndo, no entanto, o risco de ser enviada para um “centro Dublin” enquanto espera pela transferência. Para além disto, quando se faz o pedido no *Office des Étrangers*, a pessoa tem, obrigatoriamente, de fornecer uma morada na Bélgica. Caso a pessoa não se apresente às convocações ou se prove que não está alojado na morada que deu, é considerada “em fuga” e o seu Dublin passa para 18 meses – isto acontece especialmente se a pessoa não estiver a ser acompanhada por um assistente social. Na prática, o que acontece é que muitas destas transferências não se concretizam (principalmente para aqueles que entraram na UE através da Grécia e da Itália) e, terminado o prazo do procedimento de Dublin, a pessoa pode, efetivamente, pedir asilo na Bélgica:

"Os requerentes de asilo devem continuar a ser assistidos pela FEDASIL até serem efetivamente transferidos dentro de um prazo especificado na ordem de abandono do território, mas esta assistência será obrigatória para além deste prazo se o salvo-conduto não for emitido a tempo por uma razão independente dos requerentes ou se o Estado de acolhimento se recusar a recebê-los"

⁷ <https://www.cgrs.be/en/figures> ; <https://www.fedasil.be/en/statistics>

Durante todo o procedimento de Dublin, o mais frequentemente é que as pessoas decidam não ir para um “centro Dublin”, por receio de serem enviadas de volta para o primeiro país da UE onde forneceram as suas impressões digitais. A partir do momento em que a pessoa recusa ir para um destes centros, renuncia a qualquer tipo de apoio material por parte do Estado. Desta forma, durante este período, os requerentes de asilo são obrigados a recorrer aos serviços das várias associações no terreno e não lhes é apresentada qualquer solução de alojamento.

2.2. *La crise de l'accueil*

O meu estágio começou, em outubro de 2022, num momento de grande crise no sistema de acolhimento de requerentes de asilo em Bruxelas, gerido pela *Fedasil*, que durava já há cerca de um ano⁹ (e sendo que não é a primeira vez que situações desta acontecem). Com o inverno que se avizinhava e com as noites já frias, nas ruas da cidade dormiam cerca de três mil pessoas, estando todas as unidades de alojamento saturadas. Para além da saturação dos dispositivos de acolhimento, o próprio registo dos pedidos era frequentemente recusado no centro de chegada (*Petit Château*) e sucederam-se várias manifestações por parte dos trabalhadores da *Fedasil*, denunciando as precárias condições de trabalho e descontentamento com a gestão da rede de acolhimento – tornando impossível o tratamento de todos os pedidos, não só por questões de espaço, mas também por falta de *staff*¹⁰.

Uma má gestão do fluxo de chegadas e o longo e complicado procedimento de requerimento de asilo que levam à saturação dos centros de acolhimento têm, depois um grande impacto no trabalho das diferentes organizações que tentavam já compensar a falta de ação por parte do Estado (a quem compete uma antecipação do aumento dos fluxos migratórios) no que toca a um acolhimento digno das pessoas recém-chegadas ao

⁸ No original: “Les demandeurs d’asile doivent continuer à être pris en charge par FEDASIL jusqu’à leur transfert effectif endéans un délai déterminé dans l’OQT mais cette prise en charge sera obligatoire au-delà du délai si les laissez-passer ne sont pas délivrés à temps pour une raison indépendante des demandeurs ou si l’Etat d’accueil refuse d’accueillir les demandeurs” (Ciré – Coordination et Initiatives pour Réfugiés et Étrangers, 2015, 2)

⁹ <https://www.infomigrants.net/fr/post/38063/letat-belge-condamne-pour-sa-mauvaise-gestion-des-demandeurs-dasile>

¹⁰ <https://www.amnesty.be/infos/blogs/blog-paroles-chercheurs-defenseurs-victimes/journee-refugies>

território belga. O que se verifica é uma resposta de urgência ao aumento das chegadas, ao invés de uma reestruturação do sistema de acolhimento de maneira a antecipar e prevenir uma saturação do mesmo. Os fluxos migratórios são resultantes de alterações económicas, políticas e/ou sociais tanto nos países de origem como nos países de acolhimento, que estão fora do alcance e não podem ser controladas por políticas migratórias (de Haas, 2017), reforçando a importância de reconhecer uma crise na gestão do sistema de acolhimento e não uma “crise de refugiados” (para além de que não vivemos numa época de migração excecional). A migração é uma parte essencial e intrínseca do desenvolvimento económico e social, e não um problema que tem de ser resolvido, muito menos recorrendo a violações de direitos humanos e com total desumanidade.

A saturação do sistema federal de acolhimento de requerentes de asilo levou, então, a uma saturação dos dispositivos da PCSR, que contavam com uma longa lista de espera: por exemplo, em outubro, a *Porte d’Ulysse* (que era na altura o maior dispositivo de acolhimento da *Plateforme*) tinha uma lista de espera de quatro semanas, sendo que a duração máxima da estadia era de quatro semanas também. As pessoas tinham, então, que passar um mês na rua, para poderem depois ter direito a apenas um mês de alojamento, ciclicamente. Nos *Hébergements Collectifs*, que nesta altura acolhiam pessoas que aguardavam ser integradas no sistema de acolhimento belga, começámos a ter de acolher também residentes que já tinham recebido o estatuto de refugiado, mas a quem ainda não tinha sido fornecida qualquer solução de alojamento. Estas diferentes situações administrativas dos residentes têm implicações na dinâmica e funcionamento da casa, especialmente no que toca aos níveis de stress e à saúde mental dos residentes – que depois influencia tudo o resto (e.g. discussões, violência, não participação nas tarefas da casa, envolvimento dos voluntários...).

Para além da saturação dos centros de acolhimento, o aumento das visitas domiciliárias¹¹ e a introdução de reuniões obrigatórias com a unidade ICAM (*Individual Case Management Support*) do *Office des Étrangers*¹² levaram a que muitas pessoas tenham recebido um aumento do tempo de espera por uma decisão relativa ao procedimento de Dublin de 6 para 18 meses. Esta situação tocava, principalmente, aos

¹¹ <https://dofi.ibz.be/fr/themes/international-protection/application-international-protection/introduction-de-la-demande>

¹² <https://dofi.ibz.be/fr/themes/international-protection/application-international-protection/audition>

homens isolados, mas a partir de outubro de 2022, mulheres e menores não acompanhados, bem como famílias e outros públicos vulneráveis (que têm prioridade), começaram a ver-se sem opções de alojamento (Myria¹³, 2022).

Foi, então, este o paradigma para todos os envolvidos na rede (governamental e não-governamental) de acolhimento de imigrantes e requerentes de asilo em Bruxelas. Em janeiro de 2023 tivemos, também, um período de saturação da *Sister's House* (habitual durante o inverno, altura em que há um menor número de partidas em direção ao Reino Unido), a partir do qual a equipa de gerentes de projeto elaborou um protocolo de saturação (que define medidas a adotar para garantir que a qualidade do acolhimento e a organização do espaço são mantidos e que existe uma rotatividade das residentes), de maneira a facilitar uma situação semelhante que provavelmente existirá também nos invernos seguintes. Em março, um incêndio accidental na *Porte d'Ulysse* (PU) deixou cerca de 250 pessoas sem alojamento. Um abrigo temporário foi disponibilizado pela *Commune* de Schaerbeek e centenas de voluntários da *Plateforme* mobilizaram-se para ajudar na instalação, manutenção e gestão do espaço. Nos HC, começou a haver mais movimento, com várias rotações quase completas de todos os residentes, em que apenas duas pessoas que já estavam num HC quando comecei o meu estágio permaneciam na mesma casa em maio.

A *crise de l'accueil* continua até hoje, levando em agosto de 2023 à decisão de Nicole de Moor, Secretária de Estado do Asilo e da Migração, a terminar o acolhimento de homens isolados nos centros da *Fedasil*, justificando-a com a necessidade de priorizar as famílias, e principalmente mulheres e crianças (prevendo um aumento do fluxo derivado do aumento de chegadas a Itália durante o verão de 2023)¹⁴. Já em janeiro de 2021, o Estado Belga e a *Fedasil* tinham sido condenados pelo Tribunal de Primeira Instância de Bruxelas por não respeitar o direito ao asilo e pela má gestão do acolhimento de requerentes de asilo¹⁵ – sendo o alojamento um direito dos requerentes de asilo definido por lei¹⁶. Em julho de 2022, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou

¹³ *Federal Migration Centre*

¹⁴ <https://www.infomigrants.net/fr/post/51516/belgique--les-hommes-seuls-demandeurs-dasile-ne-seront-plus-heberges-dans-le-reseau-daccueil>

¹⁵ <https://www.infomigrants.net/fr/post/38063/letat-belge-condamne-pour-sa-mauvaise-gestion-des-demandeurs-dasile>

¹⁶ *Loi sur l'accueil des demandeurs d'asile et de certaines autres catégories d'étrangers*, 12 de janeiro de 2007, art. 3º : “Tout demandeur d'asile a droit à un accueil devant lui permettre de mener une vie conforme à la dignité humaine.”

também Bruxelas, pela má gestão da rede de acolhimento, que obriga milhares de pessoas a dormir na rua. Em setembro de 2023, o Concelho de Estado suspendeu a decisão do governo de impedir o acesso por parte de homens isolados à rede de acolhimento federal, considerando-a inconstitucional¹⁷. Para além de ser uma decisão desumana e ilegal, a privação de alojamento nos centros da *Fedasil* aos homens isolados apenas faria com que houvesse mais pessoas na rua, incluindo famílias, mulheres e crianças. O problema está na falta de lugares e numa má distribuição do número de requerentes de asilo entre as diferentes localidades. Proibir o acesso a alojamento seria apenas um “penso rápido” pouco eficaz e nunca uma solução para as sucessivas crises de acolhimento de requerentes de asilo nas quais a Bélgica se encontra ano após ano.

Esta situação mostra também, para além de uma incapacidade do Estado belga de prever e adaptar-se aos fluxos migratórios, grandes falhas no regulamento de Dublin: não permite alcançar uma partilha dos encargos, a somar ao rápido crescimento da extrema-direita por toda a Europa e à consequente aplicação de medidas mais restritivas da imigração. A discordância a nível intergovernamental leva ao falhanço do sistema de asilo europeu estabelecido no regulamento de Dublin, levantando questões sociais, políticas legais e morais que têm implicações sérias nas vidas das pessoas, não apenas migrantes.

O Estágio de *Chargée de Projet* – *Sister’s House* e *Hébergements Collectifs*

1. A posição de *chargée de projet* (CdP)

Nos primeiros meses do meu estágio, a equipa de gerentes de projeto era constituída por duas pessoas e, a partir de dezembro de 2022, passou a ser constituída por três. As três gerentes de projeto da *Sister’s House* e dos HC partilham entre si as tarefas e os projetos, sendo que a cada uma é responsável por projetos específicos. As gerentes

https://etaamb.openjustice.be/fr/loi-du-12-janvier-2007_n2007002066.html#:~:text=Tout%20demandeur%20d'asile%20a,loi%20du%208%20juillet%201976

¹⁷ <https://www.infomigrants.net/fr/post/51826/belgique--le-conseil-detat-suspend-linterdiction-dhebergement-pour-les-hommes--demandeurs-dasile>

de projeto trabalham tanto na SH como nos HC e garantem o estabelecimento, o bom desenvolvimento e a manutenção dos projetos nos dois dispositivos.

Na SH, cada gerente de projeto é responsável por fazer um turno por semana na *Front Desk* da SH no HUB, onde são feitas as inscrições para as novas *Sisters* e direcionadas para outros serviços aquelas que não se enquadram no perfil (por exemplo, se vêm com crianças ou estão em procedimento de Dublin). Também uma vez por semana dirigem a *Sista Talk*, uma reunião diária obrigatória para todas as residentes, onde são lembradas as regras, discutidas eventuais situações problemáticas, propostas atividades, etc. Fazem também um acompanhamento das residentes, lendo os relatórios diários feitos pelos outros membros da equipa que estão na primeira linha (que estão em contacto direto com as residentes e as voluntárias, na gestão quotidiana do centro, sendo o trabalho de gerente de projeto mais operacional e administrativo), intervindo se necessário.

Em relação aos HC, em primeiro lugar, gerem (juntamente com o SISA) a lista de espera e fazem, quando há novas vagas, o briefing e o envio de novos residentes para cada casa. Cada gerente de projeto é responsável por uma casa e é a pessoa de referência em caso de emergências durante o seu horário de trabalho. Mantém-se, também, a par do acompanhamento PMS dos residentes, através de uma reunião quinzenal com os membros do SISA implicados nos HC. Uma vez por mês têm uma reunião obrigatória com todos os residentes da sua casa, onde se discutem possíveis problemas, necessidades, expectativas, etc. Uma vez a cada dois meses têm uma reunião com o grupo de voluntários da sua casa, onde são transmitidas informações importantes sobre a casa e os residentes e discutidas novas ideias e projetos, para além de atualizarem e organizarem o *planning* de cada casa. Esta reunião acontece mais esporadicamente, uma vez que os voluntários estão sempre em contacto com as gerentes de projeto, que são muito facilmente acessíveis por telefone ou através de um grupo no *Messenger* com todos os voluntários.

São também as gerentes de projeto que tratam do aprovisionamento de comida para os dois dispositivos e fazem todo o processo do envolvimento cidadão, com sessões de informação mensais para pessoas interessadas em serem voluntárias na SH e nos HC, bem como o acompanhamento dos restantes voluntários. Estão encarregues de gerir as parcerias com outras organizações e/ou projetos, assim como fazer a ligação com a equipa

de logística da PCSR em caso de avarias, transporte de donativos ou necessidades materiais.

A posição de gerente de projeto é uma posição bastante dinâmica e que implica disponibilidade de mobilidade por parte da equipa. Prevê uma semana de *backup* móvel por mês, rotativa entre as CdP e a coordenação da SH e dos HC, cabendo à pessoa em *backup* deslocar-se em caso de emergência (pelo que durante o fim-de-semana está impedida de sair da região de Bruxelas), deve estar sempre contactável por telefone perante a necessidade de tomar alguma decisão urgente, e substituir alguma colega em caso de necessidade. É uma posição exigente (física e psicologicamente) e imprevisível, mas de enorme importância e responsabilidade.

2. Atividades desenvolvidas

- Tradução e atualização dos documentos a serem enviados aos novos voluntários (regulamento interno e enquadramento jurídico e ético) para a SH e os HC;
- Aprovisionamento HC:
 - A cada duas semanas, uma grande encomenda de comida, produtos de higiene e produtos de limpeza era entregue na *Porte d'Ulysse*, onde existia um espaço reservado ao stock dos HC. Era necessário, juntamente com o *chargée de préparation de commande* dividir a encomenda pelas diferentes casas, de acordo com uma “lista de compras” feita pelos voluntários de cada casa, indicando as quantidades de cada produto a serem distribuídas. Essas encomendas eram, depois, transportadas por voluntários até às casas (ou voluntários do HC em questão, ou voluntários da PCSR que se registaram especificamente para ajudar em casos em que é necessário carro e condutor). Nos últimos dois meses do meu estágio, e no seguimento do incêndio na PU, as encomendas de comida passaram a ser diretamente entregues no respetivo HC.
- *Front Desk* SH no *Hub Humanitaire*:
 - O *Front Desk* da *Sister's House* no *Hub Humanitaire* é a única maneira de aceder à SH. Isto, por motivos de segurança (a morada da SH é confidencial e só pode ser partilhada com as mulheres cujo perfil corresponde ao público-alvo) e para garantir que se mantêm os critérios de acesso à SH e que as mulheres que não conseguem ter lugar são direcionadas para outras soluções de acolhimento. Para

além disto, o *Hub Humanitaire* é um sítio onde as pessoas têm acesso a diversos serviços, incluindo distribuições de roupa e produtos de higiene, assistência médica e assistência psicológica (não apenas a migrantes, mas em grande maioria), pelo que é ideal que se mantenha como um sítio conhecido pelo público como um local de referência.

- Quando uma mulher se apresenta no *Hub* à procura de alojamento, é encaminhada para o escritório da SH, onde lhe são colocadas uma série de perguntas sobre o seu percurso migratório e sobre os seus planos de estadia na Bélgica. Caso esteja apenas de passagem pode ser albergada na SH. Caso já tenham requerido asilo e estejam em procedimento de Dublin, são encaminhadas para outras organizações.
- Organização de e acompanhamento a atividades para os HC:
 - As atividades nos HC são um dos aspetos mais importantes para o funcionamento do projeto (ver ponto 3.1). Porém, durante este inverno, apenas um dos HC contava com um grande grupo de voluntários muito envolvidos e ativos, enquanto os outros tinham poucas visitas e raramente realizavam atividades fora de casa. Durante uns meses, fiquei encarregue de preparar quinzenalmente um calendário de atividades, gratuitas, adequadas e acessíveis, a serem propostas aos voluntários com o objetivo de ajudar e motivá-los a fazerem mais saídas com os residentes, facilitando todo o processo logístico. Ocasionalmente e principalmente no início, eu própria acompanhava.
- Atualização da lista de voluntárias da SH (contactar e retirar aquelas que já não estavam interessadas/não tinham disponibilidade para continuar o seu voluntariado);
- Apoio à organização do *journée bénévoles* SH (dia de convívio para as voluntárias);
- Apresentação do projeto dos HC a trabalhadores de outros dispositivos da PCSR;
- Apoio à organização do *journée bénévoles* HC (dia de convívio para os/as voluntários/as de todas as casas);
- Acompanhamento de alguns residentes dos HC à Hobo:
 - Com o objetivo de promover a autonomia e o bem-estar dos residentes, fiz vários acompanhamentos para inscrições na Hobo, uma associação que, entre muitos outros serviços de acompanhamento sociojurídico destinados a pessoas em situações de habitação precárias, organiza vários tipos de atividades (de visitas a museus, a aulas de línguas, passando por práticas desportivas), gratuitas e destinadas a pessoas em situações de habitação e trabalho precárias.

- Envio de novos residentes para os HC:
 - O acesso aos HC está reservado aos beneficiários da Plateforme que cumprem os requisitos para integrarem estes dispositivos, por exemplo estar já a ser acompanhado pelo SISA, ou não ter problemas de saúde física ou mental que impeçam um alojamento em autonomia. Os envios consistem numa reunião com o grupo selecionado de novos residentes (de acordo com a lista de espera), na qual são apresentadas as regras das casas e o funcionamento do projeto. Os novos residentes devem todos concordar com as regras (sendo que o não cumprimento pode levar a uma exclusão da casa) e podem, no final, escolher se querem ou não ir para um HC, visto ser um dispositivo que não é ideal para toda a gente, dependendo das circunstâncias, características e preferências de cada pessoa.
- Desinfestação de percevejos num dos HC:
 - Este era o maior HC da Plateforme, com 16 lugares. Era uma casa que pertencia a uma *commune* e que tinha já um grande problema de percevejos quando nos foi disponibilizada. O procedimento é longo, confuso e fastidioso, envolvendo muita logística e mobilização das CdP: era necessário que todos os residentes nos confiassem todas as suas roupas, toalhas e roupas de cama para que fossem congeladas numa arca frigorífica durante 48h. Para tal, tinham de preparar com antecedência uma muda de roupa para usarem nessas 48h, que deveria também ser congelada antes da passagem dos técnicos para que os residentes trocassem de roupa quando chegassem a casa no dia da intervenção, dando-nos a sua roupa usada também para ser congelada. Tudo isto deveria ser repetido outras duas vezes. No final da intervenção, o problema tinha melhorado, mas não estava totalmente resolvido, uma vez que era impossível garantir que todos os residentes tinham cumprido as instruções. Além disso, a origem do problema estava na própria estrutura da casa.
 - A presença de percevejos em dispositivos de acolhimento é bastante comum. É difícil de controlar, uma vez que os residentes vêm de condições de habitação muito precárias ou de uma situação de sem-abrigo e encontram-se, inúmeras vezes, em lugares insalubres. As doenças como a sarna, a tuberculose, a varíola do macaco e infestações como os percevejos e ácaros são muito comuns neste meio e estão associadas a condições de precariedade, confirmando que a precariedade na rede de acolhimento de migrantes é, também, um problema de saúde pública.

- Preparação do Ramadão na SH e nos HC:
 - A altura do Ramadão é uma altura particularmente difícil no contexto migratório. Os beneficiários da *Plateforme* estão habituados a viver este mês em família e em comunidade, contando com o apoio destes e rodeado de pessoas que partilham os mesmos costumes e participam nas mesmas celebrações. O mês do Ramadão é, por um lado, um realce da situação em que se encontram e de todas as dificuldades que atravessam (por ser claro o contraste entre o passado e o presente) e, por outro, uma altura de reforço de esperança e de fé num futuro melhor cada vez mais próximo. Desta forma, a *Plateforme* esforça-se para fazer deste mês uma altura mais agradável, com mais momentos de convívio, alimentos específicos e uma atenção especial dedicada a que todos se sintam o melhor possível.
 - Nos HC, como são dispositivos autónomos, fizemos uma entrega especial de tâmaras e leite para a quebra do jejum. Os residentes cozinhavam e o Iftar era geralmente celebrado entre os residentes e os voluntários. No dia do Eid al-Fitr¹⁸ um grande jantar entre todos os residentes dos HC (incluindo antigos residentes) foi organizado pelos voluntários, como é já tradição.
 - Na SH, também foi feito entre a equipa de CdP um plano Ramadão, que estabelecia as regras para a quebra do jejum e a utilização da cozinha, sendo que se trata de refeições fora dos horários normais.
 - O mesmo foi feito para a Quaresma e para a Páscoa (ortodoxa e católica). Como o número de residentes a celebrar era bastante inferior, não exigiu tanto envolvimento por parte da equipa. Ainda assim, foi organizado uma festa de Páscoa na SH. Os residentes dos HC que celebravam a Páscoa eram muito poucos, pelo que não se justificava a organização de uma celebração. Os dois residentes foram, então, convidados para um almoço de Páscoa organizado numa outra unidade de acolhimento da *Plateforme*.
- Abertura e gestão de um HC de curta duração:
 - Em finais de novembro de 2022 foi-nos proposta a abertura de um novo HC. Apesar de a casa nos ter sido disponibilizada (por um proprietário privado) apenas até ao final de março de 2023, a possibilidade de acolher mais 16 pessoas, numa casa já muito bem-adaptada era muito boa. Ainda assim, a abertura de um

¹⁸ Dia de celebração que marca o fim do Ramadão e do jejum.

HC requer todo um conjunto de bases para que o projeto seja viável e concretizável. Em primeiro lugar, é necessário encontrar um grupo de voluntários, o que envolve todo um processo específico de apelo a voluntários, apelo esse dificultado pela distância da casa ao centro da cidade. Em segundo lugar, temos de garantir que a equipa do SISA tem capacidade para acompanhar mais um grupo de beneficiários. Por último, assegurar a satisfação das necessidades básicas (alimentação, higiene, mobília...). Mais, é interessante para os residentes o estabelecimento de parcerias com comércio locais, como padarias, mercearias, centros culturais, etc.

- Em meados de março, aproximando-se o fim do contrato de ocupação desse HC, um incêndio na PU, onde seriam realojados os 16 residentes do HC, deixou-os sem outras opções de alojamento. O proprietário da casa, sabendo da má notícia, concordou em prolongar o contrato por mais um mês. Ao mesmo tempo, conseguimos arranjar lugar para todos os residentes noutros dispositivos da *Plateforme*, incluindo, mas não só, outros HC. Tínhamos, então, a casa disponível até ao final de abril, mas já estava vazia.

Tendo em conta que estava já no final do meu estágio e que tinha já uma boa experiência e conhecimento sobre o funcionamento dos HC, fiquei eu a responsável pela casa. Propusemos, então, a um outro grupo de beneficiários da *Plateforme* a estadia neste *hébergement collectif*. No entanto, como era um alojamento de curta duração, não era uma solução ideal para a maior parte das pessoas na nossa lista de espera, estando muitos deles já num outro dispositivo. Por este motivo, apenas foram enviadas seis pessoas para a casa. No final do contrato, estes seis residentes foram todos recolocados noutros HC.

- Sessões de informação e acompanhamento de novos voluntários:
 - A partir de março de 2023, comecei a fazer algumas sessões de informação para novos voluntários nos HC. As sessões de informação consistem numa apresentação sobre a história e trabalho da *Plateforme* e numa explicação do funcionamento do projeto dos HC, focando-se muito no papel indispensável dos voluntários.
 - Fiquei, também, responsável por responder aos e-mails de novos e potenciais voluntários, tanto da SH, como dos HC, bem como realizar o acompanhamento e inscrição dos novos voluntários.

Estas foram as principais tarefas e atividades que realizei continuamente durante os 8 meses do meu estágio. Durante este tempo, fui também apoiando a equipa de CdP noutras tarefas mais pequenas como a elaboração de cartazes, organização dos *plannings*, tradução de outros documentos do francês para inglês, apoio às intervenções nos HC (tanto em termos de logística e aprovisionamento, como em termos de gestão de problemas e exclusões), entre outras.

3. Reflexões

Apesar de o plano inicial do meu estágio pressupor uma divisão das tarefas entre a SH e os HC, rapidamente se percebeu que havia uma maior necessidade de apoio no que toca à gestão dos HC. Isto, porque não existe uma equipa permanente contratada especificamente para os HC. Todas as pessoas empregadas pela *Plateforme* que intervêm nos HC são trabalhadores ou da SH ou da equipa de logística da PCSR. Assim, a equipa que gere os HC apenas o faz a tempo parcial. Na verdade, é essencial para o funcionamento do projeto que assim o seja, de maneira a manter o nível de envolvimento cidadão que torna os HC um projeto tão inovador. Se a PCSR tivesse uma equipa permanente HC, o enquadramento teria de ser muito bem pensado para que o seu trabalho não interferisse com as funções e atividades dos voluntários. Para além disto, o projeto dos HC não é ainda reconhecido nem financiado. Isto limita em muito as possibilidades de ação e intervenção nos HC, fazendo com que seja sempre necessário encontrar opções gratuitas, o que leva muito mais tempo e implica uma maior organização, inclusive para os voluntários. Um bom exemplo disto são as atividades. Como não há um orçamento estabelecido, à partida não é suposto gastar dinheiro na participação de atividades, pelo que é sempre necessário procurar atividades gratuitas e interessantes para o público em questão. Daí uma das primeiras tarefas que me foram atribuídas ter sido a organização de um calendário de atividades gratuitas a ser proposto aos voluntários.

Por outro lado, considerei também que o formato dos HC tornava este projeto muito mais relevante para o meu tema de estudo, sendo dispositivos que funcionam quase a 100% através do envolvimento cidadão. Ainda que existam também muitas voluntárias na SH, a presença de uma equipa permanente 24h por dia, 7 dias por semana faz com que seja difícil encontrar um equilíbrio entre aquilo que deve ser feito e gerido pelos membros da equipa e aquilo que deve ser deixado para as voluntárias. Há dois anos, altura em que

a SH foi reconhecida como dispositivo de acolhimento de urgência para mulheres, a equipa passou de ser composta apenas por voluntárias (muitas que estavam, e ainda estão, desde o início da *Plateforme*) para rapidamente passar a ser uma equipa de cerca de 25 pessoas. Esta mudança foi necessária, de forma a conseguir melhorar e fornecer um apoio, acolhimento e acompanhamento o mais ideal e completo possível (principalmente garantindo que a SH está sempre aberta e tem sempre pelo menos duas presentes no local¹⁹). Desta forma, pareceu-me mais interessante focar-me no projeto dos HC para estudar o impacto do envolvimento voluntário cidadão no processo de acolhimento de migrantes, se bem que toda a organização é um ótimo e enorme exemplo disto.

Evidentemente, o formato dos HC não é algo que convém a qualquer pessoa. Isto, tanto de um posto de vista da facilidade de gestão, como do ponto de vista do bem-estar e saúde mental dos próprios residentes. É, então, por este motivo que é necessário fazer uma pré-seleção das pessoas que são consideradas compatíveis com o formato destes dispositivos de acolhimento. Esta lista é feita e atualizada pela equipa do SISA, que conhece a situação jurídico-social de cada beneficiário. Por exemplo, uma pessoa que tenha graves problemas de saúde e que precise de um acompanhamento médico regular não poderá à partida integrar um HC pela falta de uma equipa permanente para intervir a qualquer altura em caso de emergência, ou para uma pessoa mais reservada, que prefere passar despercebida e manter uma certa anonimidade. Neste caso, um grande centro poderá ser mais adequado.

Ao ser um projeto que se baseia e que apenas pode funcionar com base na confiança e na autonomia, não pode assumir grandes proporções, tendo em conta todo o contexto social das pessoas a quem este projeto é destinado. Ao focar-se num número bastante reduzido de pessoas (em comparação aos outros centros da *Plateforme*) é possível oferecer um serviço mais qualitativo do que estamos habituados a ver nos centros de acolhimento comuns. Quero com isto dizer que é um acolhimento mais pessoal e individualizado, acabando até por ter efeitos na própria segurança dos residentes, trabalhadores e voluntários. Um grupo pequeno, que se conhece bem, que cria laços entre si e que partilha toda uma rotina e quotidiano estará menos exposto à emergência de

¹⁹ Nos primeiros anos da SH, o centro não estava aberto 24h por dia, nem garantia um acolhimento contínuo. As portas abriam às 20h e fechavam às 11h da manhã, altura em que as residentes tinham de sair, levar todos os seus pertences, e voltar a fazer a fila às 20h da noite, sem garantia de conseguir ter lugar e teto para essa noite.

problemas (que podem ser extremamente violentos, física e psicologicamente) do que um enorme grupo de pessoas, com histórias de vida e percursos migratórios muito frequentemente traumáticos e ainda para mais provenientes de sítios muito diferentes, enfrentando uma enorme hostilidade e desumanidade. Para além disto, uma estadia de média/longa duração faz com que, na maioria das vezes, os residentes sejam também melhor acompanhados, visto que se criam laços com a própria equipa. Há uma relação que vai para além do formal beneficiário-trabalhador, algo que também acontece, mas é mais raro noutros tipos de dispositivos.

A presença quase quotidiana dos voluntários dá toda uma nova energia à casa, tornando este espaço num sítio de partilha, de convívio e de enorme solidariedade, compaixão e apoio mútuo, tendo um impacto positivo muito significativo no bem-estar psicológico e emocional dos residentes. Os HC são locais de alegria, ao contrário do que se vê num centro de acolhimento de enormes dimensões e capacidade, em que se mede o impacto pelo número de camas e não pela qualidade do serviço que é prestado. É claro que existem prioridades e que os centros de grande capacidade são necessários tendo em conta a quantidade de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, mas não é, de todo, o único modelo nem deverá ser o predominante.

Tanto os HC como a SH são a prova de que é possível providenciar um acolhimento seguro, digno e humano, no qual as pessoas são tratadas como pessoas, são bem-recebidas, são ajudadas nos seus problemas e questões e são-lhes fornecidas ferramentas que promovem a sua autonomia e emancipação, numa sociedade que lhes é estranha e da qual são sistematicamente excluídas.

Desenvolvimento do tema

1. Metodologia

Este relatório é resultado de 8 meses de estágio como *Chargée de Projets* na *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés*, durante os quais pude observar em primeira mão as realidades vividas, na prática (sendo que em teoria estas são bastante diferentes e idealizadas), pelos/as requerentes de asilo beneficiários da PCSR. Ao longo do meu estágio, estive bastante envolvida na gestão dos HC, um projeto que nos mostra

a importância e o impacto que o envolvimento da sociedade civil tem no acolhimento de migrantes. Para além disto, participei em várias discussões e reuniões com o objetivo de refletir sobre o papel das voluntárias na SH, que passava por um momento de reestruturação e adaptação à contratação de uma equipa permanente.

Durante estes meses de estágio, dediquei-me totalmente às tarefas e atividades que me foram propostas e com as quais me comprometi, umas mais exigentes que outras, escolhendo deixar a componente da pesquisa e da escrita do relatório para os meses que ainda teria disponíveis depois do término do estágio. Mantive, porém, um diário onde registei regularmente momentos, questões e reflexões que considere relevantes para o meu trabalho.

Desta forma, para a escrita do presente relatório, baseio-me na minha experiência prática que, mesmo tendo em conta as limitações da posição de estagiária, considero bastante relevante: por ter sido um estágio relativamente longo, pude ir aprofundando o meu envolvimento e consequente entendimento sobre o tema, enquanto ia, gradualmente, adquirindo mais responsabilidades e independência dentro da equipa da *Sister's House* e dos *Hébergements Collectifs*.

Para além disto, para o desenvolvimento e exploração da temática, parto de uma breve pesquisa e análise literária sobre políticas e dinâmicas de integração e sobre o cenário de imigração na cidade, que nos contextualizam para a questão da segregação e do surgimento de problemas relacionados com a integração de imigrantes que mais afetam a cidade e os seus habitantes (como a islamofobia, a radicalização, as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de habitação, etc.). Apoio-me também em alguns artigos e publicações de jornais belgas e internacionais, que me ajudaram a perceber melhor a situação em Bruxelas antes, durante e depois do período do meu estágio. Esta análise é uma reflexão sobre a pertinência de uma desconstrução da visão unilateral da integração e da participação da sociedade civil à qual me lanço.

Por último, foco-me numa análise crítica de literatura sobre os conceitos de integração, de resistência e sobre diferentes abordagens de integração e acolhimento de pessoas em migração.

2. Impacto da PCSR

A *Plateforme Citoyenne de Soutien aux Réfugiés*, tendo começado como um movimento de solidariedade cidadã, a uma escala sem precedentes, é atualmente uma das maiores organizações não-governamentais na área do apoio a refugiados e requerentes de asilo em Bruxelas. Para além dos diferentes dispositivos de acolhimento, assumem também uma forte vertente de advocacia na luta pelo respeito dos direitos humanos e por um sistema justo, inclusivo e humano de acolhimento de migrantes, que seja viável a longo prazo²⁰.

Neste contexto, a PCSR mantém-se como uma organização não-governamental que tem como pilar o envolvimento da sociedade civil, apesar de já não funcionar a cem por cento com base em voluntários. A dimensão a que chegou nos últimos anos obrigou a PCSR a ter uma equipa fixa e remunerada de forma a garantir um serviço de qualidade. Atualmente, a *Plateforme* foca-se principalmente no acolhimento e acompanhamento social e administrativo, que começou com o projeto do *hébergement citoyen*, em que as pessoas acolhem os beneficiários da *Plateforme* nas suas casas – projeto este que continua, mesmo com a abertura de vários outros dispositivos.

A rede que a *Plateforme* estabeleceu é de tal forma significativa que permite que a associação continue a trabalhar muito à base de donativos e parcerias com associações, empresas e comércios a nível, local, nacional, internacional e, inclusive, com entidades governamentais, como as várias *communes* e o governo regional de Bruxelas e da Valónia. O reconhecimento do seu impacto e *expertise* levou, por exemplo, a um pedido por parte do governo de Bruxelas para que a *Plateforme* e duas outras associações trabalhassem juntas no âmbito da gestão de dispositivos de acolhimento para refugiados ucranianos em 2022²¹.

Desta forma, ficamos com uma ideia da importância da mobilização da sociedade civil, das dimensões que pode alcançar e da profundidade e do valor que os seus esforços podem ter. Percebemos assim como o envolvimento cidadão impacta no acolhimento de migrantes, não só olhando para o crescimento da *Plateforme* como organização, mas

²⁰ <http://www.bxlrefugees.be/qui-sommes-nous/> ; <https://periferia.be/reponse-citoyenne-face-a-une-urgence-humanitaire-avec-la-plateforme-citoyenne-pour-les-refugies-belgique/>

²¹ <https://samusocial.be/le-premier-centre-daccueil-collectif-pour-refugies-ukrainiens-sur-les-rails/>

também reconhecendo o papel que os voluntários continuam a desempenhar: sem eles, a PCSR não teria nem a força nem a credibilidade que tem.

3. Envolvimento da sociedade civil

O envolvimento da sociedade civil, como já referido, continua a ser a essência da PCSR, em todos os seus dispositivos e modalidades de acolhimento, mas também nos outros eixos e esferas de ação. O envolvimento cidadão é importante, não só no que toca à possibilidade de continuar a crescer e a trabalhar, mas também no que toca à consciencialização e à formação em relação à realidade do processo migratório. Neste sentido, realço o impacto que isto tem na redução da hostilidade e sentimentos de insegurança e desconfiança em relação à presença e ao aumento do número de migrantes e refugiados na cidade.

Sendo que, durante o meu estágio, estive muito mais envolvida nos *Hébergements Collectifs*, o ponto seguinte reflete brevemente sobre o papel dos voluntários nos HC, focando-me, em particular, na organização de atividades com os residentes. Não obstante, estas observações podem ser também válidas para o envolvimento dos voluntários na *Sister's House*.

3.1. Importância das atividades nos *Hébergements Collectifs*

Dada a situação em Bruxelas e as mudanças que se verificaram na estrutura e organização dos HC, principalmente no que toca à duração da permanência de cada residente nas casas, o polo das atividades veio adquirir uma importância que antes, apesar de ser já algo desejável, não era talvez tão evidente.

Sem previsão certa da duração nem da sua estadia no HC, nem do seu processo de requerimento de proteção internacional, a espera por um lugar num centro pode tornar-se bastante angustiante, tendo em conta o caráter incapacitante e privativo dos direitos de um requerente de proteção internacional na Bélgica. A participação dos voluntários no quotidiano dos *hébergements collectifs* é pois fundamental para o bem-estar, tanto físico como psicológico, dos residentes.

Antes de mais, é importante realçar que as atividades propostas são atividades previamente aprovadas pela coordenação, de forma a garantir a sua pertinência e adequação a um grupo sensível em determinados aspetos. A organização das atividades para os residentes dos HC é principalmente deixada a cargo dos voluntários, acabando por ser um estímulo à sua participação e envolvimento no projeto.

Para além das limitações em termos económicos, é também difícil a motivação dos residentes, que frequentemente precisam da presença e incentivo dos voluntários para participarem nas atividades, sobretudo por causa da barreira linguística e por não desconhecerem a cidade (é difícil estar a par daquilo que se passa, sentimento de exclusão ao participar nas atividades sozinho, deslocação, limitação do tipo de atividades, etc). Portanto, a realização das atividades, e todos os benefícios que delas provêm, depende em grande medida da relação e da criação de laços de amizade e confiança entre os residentes e os voluntários que, por sua vez, é fortalecida precisamente através das atividades. A participação nestas atividades permite ainda ao residente viver situações mais equilibradas/equitativas em que a dinâmica complicada da relação voluntário/beneficiário se esvanece (ainda que continue a ser uma relação inevitavelmente assimétrica).

No âmbito da saúde mental, estas atividades, para além de fortalecerem a relação entre os residentes e os voluntários, que por si só já é bastante significativo, dão a possibilidade aos residentes de sair, de se distrair, desanuiar e espairecer – o que é benéfico para toda a gente, mas mais ainda quando se vive em condições que não são ideais e quando se é constantemente confrontado com tamanha hostilidade, numa cidade e país estrangeiros, ainda para mais em situação de irregularidade. O processo migratório pelo qual os beneficiários da *Plateforme* passam e o processo de requerimento de proteção internacional tem um forte carácter impessoal e desumanizador, pelo que as atividades dão a oportunidade aos residentes de se sentirem como pessoas, seres sociais, novamente, num espaço seguro onde se podem expressar livremente.

Por outro lado, temos a questão da inclusão social. Sendo os residentes pessoas com intenções de permanecer na Bélgica, é relevante a participação em atividades que, em primeiro lugar, os façam sentir bem vindos e acolhidos e, em segundo, possibilitem a interação com as pessoas da sociedade de acolhimento e com toda uma série de questões culturais diferentes às quais não estarão, possivelmente, habituados (música, formas de

estar e de vestir, tópicos de conversa...). Tal como na relação voluntário/beneficiário, a participação em atividades permite ao residente ver-se, dentro dos possíveis, numa situação de equidade com os outros participantes: todos são audiência, público, espectadores, jogadores, independentemente do seu percurso, estatuto, nacionalidade.

As atividades são também relevantes no que toca à coesão do grupo de residentes em si. O fortalecimento dos laços entre os residentes é uma enorme mais-valia para a promoção do bem-estar geral na casa, diminuindo também a probabilidade de se formarem grupos entre eles. As atividades no exterior e o lazer em grupo é uma ótima forma de aliviar tensões. É, também, importante conhecer as pessoas com quem se vive fora do contexto doméstico, de forma a conhecer outros aspetos e características da pessoa.

Temos, ainda, a questão da promoção da independência dos residentes. Ao promover a participação nas atividades, estamos também a promover uma maior autonomia na cidade. Os residentes estão mais informados sobre sítios onde ir, sobre que tipo de coisas acontecem, que tipos de eventos têm lugar em determinadas zonas e, eventualmente, poderão começar a ter a iniciativa de ir sozinhos. Possivelmente conhecerão outras pessoas ou terão conhecimento de projetos e/ou outras atividades pelas quais se interessem. Essencialmente, a participação nas atividades propostas poderá facilitar a criação de toda uma rede que contribuirá para uma emancipação e autonomização do residente e, eventualmente, uma possível redução do sentimento de hostilidade e alteridade inerente ao atual estado do acolhimento de migrantes e requerentes de asilo na Bélgica.

Desta forma, através da participação dos voluntários, a PCSR consegue, não só manter vivo o envolvimento da sociedade civil que está na génese da associação, como alcançar o grande objetivo dos HC: oferecer um sítio seguro, a partir do qual os residentes se possam tornar autónomos e independentes na cidade, facilitando todo o processo de inserção num novo país, cidade e sociedade – partindo da premissa de que um lugar seguro e salubre onde dormir é o primeiro requisito, numa lógica semelhante à do programa *Housing First*.

4. Literatura e Discussão

Nesta apresentação da literatura sobre a qual me debrucei para a minha pesquisa, quero, em primeiro lugar, destacar “Comment prendre en compte la pensée féministe postcoloniale dans l’accueil des femmes en migration ? Le cas de la Sister’s House” (2022), tese de mestrado de Naïké Garny, antiga coordenadora adjunta da *Sister’s House* e voluntária da PCSR desde 2017. O seu trabalho é extremamente relevante para perceber a abordagem adotada pela *Sister’s House*, bem como todas as implicações e problemáticas associadas à migração no feminino. Para a explanação do meu tema em particular, retiro algumas ideias e conceitos que aplico à migração no geral, não deixando de assinalar o carácter interseccional da desigualdade e agressividade da experiência migratória feminina, nem a pertinência de uma desconstrução da visão do homem como protagonista da migração que, por conseguinte, cria uma falta de referências, de modelos de acolhimento e apoio que coloquem o seu foco na mulher, contribuindo para a enorme violência de género que se vive durante todo o processo migratório (Garny, 2022).

Para além disto, e indo ao encontro dos ideais da abordagem da *Sister’s House*, segundo Joanne Bretherton (2017), a maior parte da pesquisa sobre a situação de sem-abrigo foi feita numa altura em que esta era considerada um problema predominantemente masculino. No entanto, é sabido que, geralmente, as mulheres enfrentam uma maior precariedade em termos económicos e, consequentemente, habitacionais, havendo também um maior estigma associado aos papéis de género atribuídos a uma mulher, quando estes não são cumpridos. Esta falta de dados sobre mulheres em situação de sem-abrigo deve-se em grande medida à insegurança e perigos de ficar na rua durante a noite, pelo que as mulheres tendem a apoiar-se mais em redes informais e familiares para encontrar soluções de alojamento. Mais ainda, existe uma tendência para ver a situação de sem-abrigo nas mulheres como um problema de pobreza e classe, negando a existência da desigualdade de género a nível estrutural como causa desta situação. O não reconhecimento do impacto do género é uma forma de ignorar o patriarcado e suas implicações negativas. O apelo de Bretherton, em “Reconsidering Gender in Homelessness”, a políticas não só inclusivas, como sensíveis e adaptadas à especificidade das necessidades femininas é o mesmo que o da *Sister’s House*, que luta quotidianamente para ser ouvida.

É, então, importante uma desconstrução da ideia de que as mulheres são apenas personagens secundárias na migração, de maneira a permitir a emergência de abordagens e modelos de acolhimento e apoio que coloquem o seu foco na mulher, promovendo a sua emancipação, independência e soberania sobre a sua vida e o seu corpo.

Alterar a forma como olhamos, percebemos e falamos das pessoas em migração na Europa, e especificamente de requerentes de asilo, é importante para alterar as representações e a forma como acolhemos estas pessoas. A ideia de migrante como resiliente presume uma capacidade de superar as dificuldades do percurso e do processo migratório, estando muito ligada à ideia de sobrevivência (Garny, 2022). Esta visão permite a continuação do sistema perigoso que temos, através do enaltecimento da pessoa que o consegue vencer e sair dele, ao invés de uma crítica a esse sistema. Em contrapartida, a ideia de resistência realça os erros do sistema em si e a força das pessoas para lutar e repensar as relações e dogmas sociais. Pensar a migração como uma forma de resistência, e as pessoas em migração como resistentes, ao invés de resilientes, leva-nos a olhar para o percurso migratório como uma luta contra um sistema que não funciona, ao invés de uma sobrevivência nesse próprio sistema.

Em “Vulnerability in Resistance” (Butler *et al.*, 2016), os autores questionam a ideia comum de que a vulnerabilidade é o oposto de resistência. A vulnerabilidade está geralmente associada à necessidade de algum tipo de proteção, expressa em formas e lógicas de poder paternalistas e impedindo formas de resistência e mudança social. Isto, porque a visão da vulnerabilidade como oposta à resistência retrata o sujeito vulnerabilizado como sem poder de (re)ação (*Agency*) enquanto, para Butler, a resistência vem de um reconhecimento da própria vulnerabilidade e limitações impostas pelas normas sociais e estruturas de poder. É através desse reconhecimento que se torna possível a transformação política e social.

Neste sentido, a resistência é, então, vista como uma luta contra a exploração da vulnerabilidade de determinadas comunidades ou pessoas – apenas uma compreensão dessa vulnerabilidade imposta pode dar aso a formas de resistência. A manipulação da vulnerabilidade pelo grupo dominante é uma estratégia de contenção ou manutenção do controlo e exclusão do grupo “dominado”:

“[...] when nations advertise their hypervulnerability to new immigrants, or men openly fear that they are now the victims of feminism,

the recourse to “vulnerability” in such instances can become the basis for a policy that seeks to exclude or contain women and minorities, as when the vulnerability of “white people” constructs black people as a threat to their existence.”

(Butler *et al.*, 2016, 4)

Esta apropriação da vulnerabilidade está muito presente nos discursos anti-imigração, em que estes grupos se autorretratam como vítimas, justificando respostas violentas e medidas de securitização e proteção das fronteiras contra um inimigo hipotético:

“Social integration is also jeopardized, indirectly, by securitarian discourse itself since it produces inevitable amalgams between legal and illegal migrants, between migrants and criminals, and between migrants and nationals of different origin or color. These amalgams justify or strengthen the discriminations that are suffered by targeted populations who, generally, are already weakened or even marginalized in their economic and social lives. These securitarian discourses, ambivalent as they are, are constructed around myths; they generate multiple side effects and produce unease in the host societies. [...] Do these discourses reveal the reactions of societies who, feeling that they are drifting toward the unknown, are folded in upon themselves and looking for a new identity that will be defined, according to the Schmittian scheme, by opposing themselves to an enemy going under the name of immigrant or other?”

(Ceyhan e Tsoukala, 2002, 36)

O apoderamento da vulnerabilidade por parte do grupo dominante permite a emergência de formas de resistência. Estas formas de resistência podem ainda assumir, por exemplo, a forma de instalação de campos de refugiados, centros de detenção, controlos policiais, *pushbacks* e *pullbacks*, acordos internacionais e medidas de exteriorização das fronteiras, criminalização da ajuda humanitária, etc. No fundo, a “vulnerabilidade” do grupo dominante acaba por prevalecer por uma questão de poder político, social e económico. Apenas um reconhecimento da real vulnerabilidade das comunidades migrantes e minorias pode criar formas de resistência e de reivindicação da sua agência performativa, da sua capacidade de criar e desafiar normas sociais, abrindo

caminho para novas possibilidades de expressão e transformação social (Butler *et al.*, 2016).

Ao desempenhar performances que não vão ao encontro das expectativas dominantes (que, na maior parte dos casos são negativas – ideias como “roubar” empregos, viver às custas do Estado e da sociedade de acolhimento, falta de higiene, promiscuidade, desrespeito às normas e valores sociais, criminalidade...), abre-se espaço para a afirmação das identidades culturais, promovendo uma valorização da diversidade, essencial para uma sociedade aberta e coesa. Assim, é clara a importância de modelos de acolhimento de pessoas migrantes que fomentem a independência, emancipação e promovam a expressão da agência performativa destes grupos, resistindo a e subvertendo estereótipos e normas impostas pela sociedade de acolhimento e, portanto, facilitando o processo de integração.

Na Bélgica, as políticas de integração diferem entre as três regiões. Os governos regionais têm autoridade sobre as questões relacionadas com o espaço/território (economia regional, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, trânsito...), enquanto as comunidades linguísticas têm poder sobre questões sociais (saúde, políticas sociais, cultura, educação...). Ambas as comunidades têm autoridade sobre a região de Bruxelas-Capital, apesar de a maioria da população ser francófona (Mandin, 2014).

Na Flandres as políticas de integração em vigor inclinam-se para o reconhecimento da existência de minorias étnicas, com medidas e apoios específicos para determinadas comunidades, assumindo a identidade étnica como um fator importante para a emancipação. É, porém, importante realçar que, apesar disto, as políticas flamengas não deixam de ter um carácter assimilacionista contando, por exemplo, com uma formação obrigatória sobre as normas e valores da sociedade flamenga, bem como aulas obrigatórias de neerlandês (estas formações fazem parte do programa de integração chamado *inburgering*). Na Valónia e em Bruxelas, as políticas de integração inserem-se num conjunto mais amplo de medidas que chegam a diferentes grupos da população. Estas políticas tendem a focar-se muito na eficácia ou no rendimento, não dando tanta importância à questão das identidades, e inclinam-se também para uma abordagem assimilacionista que vai contra a valorização da diversidade cultural que deveria ser inerente a uma cidade com uma percentagem de imigrantes tão alta (*Ibid.*). A partir de 2016 na Valónia e de 2022 em Bruxelas, um curso de integração passou também a ser

obrigatório para pessoas recém-chegadas de países de fora da UE. Ainda que os diferentes modelos e políticas belgas não sejam estritamente assimilacionistas, nota-se uma tendência para a valorização da unidade cultural, em detrimento da diversidade.

De acordo com Smet, em “Les Politiques d’Intégration: mise à l’épreuve de l’identité intérieure” (2010), as políticas de integração em Bruxelas priorizam fatores externos como a aprendizagem da língua, emprego e, no geral, a eficiência da pessoa, negligenciando as experiências pessoais, culturais, e o sentimento de identificação e pertença. Tentam-se resolver os problemas sem olhar para a causa – isto é, resolver os problemas resultantes de uma fraca inserção e participação na esfera social, económica e política do país/cidade, não olhando para a discriminação estrutural que está na origem desses problemas. Uma abordagem mais abrangente e compreensiva da integração deveria ter em consideração as experiências e as diferentes identidades que encontramos dentro das comunidades migrantes, respeitando esta multiplicidade.

De acordo com Ersanilli e Koopmans (2011), as políticas de integração têm efeitos apenas relativamente significativos no que toca à manutenção da cultura de origem do migrante e à adaptação à cultura do país de acolhimento, num estudo que compara os efeitos das políticas de integração de três países diferentes (Alemanha, França e Países Baixos) em imigrantes turcos. A suposição inicial é de que, quanto mais abertura a sociedade e governo do país de acolhimento tem à diversidade cultural, menos adaptação à nova cultura existirá. Porém, é também uma possibilidade que o respeito pela diversidade e pelas culturas de origem estimule a participação e o sentimento de pertença²², no sentido em que o facto de se sentir aceite e bem-recebido faz com que o migrante se identifique mais com a sociedade de acolhimento, promovendo a sua adaptação:

“Relatively easy access to equal citizenship rights and state protection from discrimination signal that immigrants are welcome to become full members of the host society. Therefore, the boundary permeability perspective leads us to expect that in

²² Como escreve Modood em “Post-Immigration ‘Difference’ and Integration” (2013): “A sense of belonging is dependent on how others perceive and treat you, not just as an individual but also as a member of a racial group or ethno-religious community.” (Modood, 2013, 391).

countries with a higher degree of individual legal equality immigrants show a higher degree of adoption.”

(Ersanilli e Koopmans, 2011, 212)

Os resultados deste estudo mostram que, quanto maior o nível de *legal equality*, mais fácil é a adaptação do migrante à cultura de acolhimento. Ao mesmo tempo, a adaptação à cultura de acolhimento revelou-se um fator importante no que toca à integração socioeconómica, levando à conclusão de que existe uma discriminação estrutural que impede uma igualdade de oportunidades, podendo ser ao mesmo tempo causa e efeito de uma fraca integração (*Ibid.*). Os autores concluem ainda que o estatuto ou poder socioeconómico têm um impacto mais significativo na adaptação sociocultural do que as diferenças nas políticas de integração dos diferentes países, sugerindo que o mais benéfico e promissor para a promoção da integração é o combate às desvantagens socioeconómicas das populações imigrantes, ao invés da adoção de medidas de carácter assimilacionista.

Medidas que aceitem a diversidade cultural e encorajem a manutenção das identidades e heranças culturais individuais permitirão uma coexistência muito mais pacífica entre as diferentes comunidades, com menores discrepâncias no que toca à igualdade de oportunidades, com menos discriminação estrutural. Esse reconhecimento e respeito poderá depois permitir a criação de medidas específicas a cada grupo, de acordo com os seus interesses, problemas e questões específicas, abrindo caminho para uma participação mais ativa na vida política e social da cidade. Um estudo realizado por Els de Graauw e Floris Vermeulen (2016), que compara as políticas de integração ao longo das últimas décadas em Berlim, Amsterdão, Nova Iorque e São Francisco, mostra-nos como é falsa a ideia de que a diversidade cultural é um entrave à coesão social e como a solução não é adotar políticas assimilacionistas, mas sim medidas antidiscriminação mais eficientes e que respeitem essa diversidade, vendo-a como uma mais-valia. Segundo os autores, a participação política e cívica das comunidades migrantes e/ou minoritárias e uma rede de organizações da comunidade/sociedade civil que represente e defenda os interesses desses grupos são fatores-chave para uma boa integração. É, também, importante deixar claro a minha posição de que a ideia de integração não deve de todo pressupor uma eliminação da cultura do migrante. Esta questão será abordada no ponto 4.2. – “Integração?”.

A União Europeia é e sempre será uma região de imigração (até porque precisa e depende disso). Os padrões e fluxos migratórios vão-se transformando ao longo do tempo, pelo que novas formas de vida, visões do mundo, culturas vão continuar a transformar a UE e a sociedade europeia. A ideia da cultura como estática, vulnerável e nacional é perigosa e um entrave à coexistência entre as diferentes comunidades que habitam um país. Cada cultura está desde sempre em constante movimento, a influenciar e ser influenciada por outras culturas – identidades nacionais são, no fundo, mitos, baseados em narrativas e sentidos sobre a nação que são construídos, como nos diz Stuart Hall (2006). Uma cultura, identidade nacional ou nação pura e unificada nunca existiu e defender a sua existência é não só ignorar o seu passado, mas também negar um futuro inevitável.

4.1. Integração e segregação em Bruxelas

Se olharmos para o espaço público como refletor da sociedade que o habita (Dantas, 2018), olhamos para uma cidade com vários enclaves étnicos como refletora de uma sociedade em que pessoas e comunidades migrantes enfrentam situações de exclusão social, especialmente em termos de habitação, emprego, sociabilidade e de aceitação das expressões culturais. Esta segregação leva à emergência de sentimentos de alteridade, abrindo caminho para a criação de espaços caracteristicamente ligados aos locais de origem e de certa forma separados do resto da cidade e da sociedade, de forma a aumentar o sentimento de segurança do grupo marginalizado:

“If there are more of these spaces where immigrants feel comfortable and connected to, they will not have the need to live in closed environments, forming ghettos and isolating themselves even more. [...] If the city provides more opportunity for cultural expression as a sign of hope of continuity, segregated neighbourhoods will no longer exist, and ethnic urbanity will spread no wider than a few streets, which will serve as milieus of cultural exchange, or even only through occasional events for the purpose of maintenance of cultural flame.”

(Fadil, 2010, 8)

Em Bruxelas, é exatamente isso que vemos – uma cidade dividida por *quartiers*: o Quartier Européen, Molenbeek e Schaerbeek (grande percentagem de população de origem marroquina e turca), Saint-Gilles (bairro português, brasileiro, grego, italiano...), etc. E, claro, os bairros com maior percentagem de população árabe são os mais estigmatizados no que toca à segurança e capacidade económica dos seus habitantes. Fadil (2010) fala-nos daquilo a que chama de “the new racism”, uma discriminação que recai mais sobre as diferenças culturais do que sobre a cor da pele ou a ideia de raça. Baseia-se na ideia de que as pessoas são essencialmente guiadas pela cultura, que é tida como algo estático, e que há uma cultura dominante superior às outras.

Para além disto, como acontece por toda a Europa, não é clara e generalizada a distinção entre “migrante” e “refugiado”. A caracterização mediática do aumento do fluxo de refugiados a partir de 2015 como uma crise migratória, ou crise de refugiados, é problemática, em primeiro lugar, por tirar o foco do carácter involuntário e forçado deste fluxo e, em segundo, pela conotação negativa que o termo migrante veio a adquirir nas últimas décadas, passando a migração a ser progressivamente tida como um obstáculo à segurança, economia e identidade dos países de acolhimento.

O uso incorreto e intercalado dos termos sugere que, enquanto uns são verdadeiramente requerentes de asilo, outros são migrantes económicos. O que diferencia um migrante de um refugiado é o poder de escolha e quando esse grau de escolha não é evidenciado, a crise deixa de o ser para aqueles que fogem para sobreviver, passando a ser uma crise para a Europa. O facto de existirem migrantes económicos a requerer asilo é resultado de políticas migratórias restritivas e de dinâmicas e relações internacionais neocoloniais, fazendo com que pedir asilo seja a única opção, uma última esperança. Cria-se a ideia de que são os migrantes que estão a abusar do sistema, ignorando que são os governos que falham nas respostas ao aumento do fluxo, fluxos em grande maioria causados pela exploração dos países de origem por parte dos países do Norte Global, países de imigração. Até porque, mesmo em 2015 quando atingimos um número recorde de requerimentos de asilo na Europa, tratava-se de uma percentagem mínima em relação à população europeia e em relação ao número de requerentes de asilo nos países vizinhos aos países em crise.

A visão de que a Europa está a ser “invadida” (ligada também à desinformação sobre as circunstâncias) é, para além de uma visão desinformada, completamente

eurocêntrica. A partir daí, a situação deixa de ser vista como uma crise humanitária e passa a ser política, acabando por constituir um desafio para o próprio fornecimento de apoio humanitário em resposta à mesma, no sentido em que contribui para tirar o foco dos governos na gestão do acolhimento, passando a estar concentrados nas consequências de deixar estas pessoas entrar no país, abrindo mais espaço para a emergência de discursos, partidos e personagens nacionalistas, populistas e anti-imigração.

Olhando para a situação em Bruxelas, e acreditando que o mesmo acontece no resto da Europa, percebemos imediatamente que a questão está diretamente associada com as visões do Islão e da muçulmanidade e que o grande problema não é tanto a população imigrante no geral (sendo que Bruxelas é uma cidade cuja maior parte da população é de origem estrangeira) mas sim a imigração muçulmana, consequência das representações que se foram criando desta comunidade. Um bom exemplo disto é o acolhimento de mais de 65 mil refugiados ucranianos entre 10 de março de 2022 e 31 de janeiro de 2023²³, mostrando que o problema não está na capacidade do país para a receção e acolhimento de requerentes de asilo mas, como defende Fadil (*Ibid.*), na perceção do “outro” como culturalmente diferente, assente na ideia de que os seus valores, tidos como mais conservadores, são intrinsecamente opostos aos ideais de liberdade e emancipação europeus.

Este estigma está, então, associado à visão do Islão e da cultura muçulmana como inferiores em termos de direitos humanos, direitos das mulheres e igualdade de género, liberdade de expressão, violência, etc. – expressando-se em estereótipos que são muito difíceis de quebrar, precisamente porque estereótipos têm tendência para se reproduzir, são círculos viciosos – e situações que os confirmam costumam ser muito mediáticas, sendo um caso claro daquilo a que Brubaker (2004; Challinor, 2011) identifica como uma “hiperacessibilidade das categorizações e dos estereótipos raciais”. É dada mais importância à pertença étnica ou racial do que a outros fatores que podem ter tanta ou mais influência, o que conduz a uma visão do Islão como “indomesticado” e “atrasado”, levando a uma associação do aumento do número de pessoas muçulmanas ao aumento da criminalidade (por exemplo), e à ideia falsa (ver, e.g., Inglehart e Norris, 2009) de que uma pessoa muçulmana não se conseguirá nunca inserir na sociedade belga, uma vez que tem valores completamente diferentes. São estigmas que nascem de uma discriminação a

²³ <https://www.fedasil.be/fr/actualites/accueil-des-demandeurs-dasile/65000-refugies-ukrainiens-en-belgique>

nível estrutural. Opor Islão a “valores ocidentais” – valores e direitos que nem estão ainda estabelecidos e garantidos na Europa – presumindo que os seus valores são incompatíveis, reproduz a visão do Islão como religião e cultura inferior e um eurocentrismo cultural e religioso, contribuindo para a manutenção do poder ocidental e europeu sobre o resto do mundo (Sayyid, 2009).

Garantir que toda a gente tem acesso a um local seguro e salubre onde viver é o primeiro passo para combater questões de segregação e estigmatização, que estão intrinsecamente ligadas à precariedade económica e habitacional, bem como à criminalidade, dependência de substâncias e questões de saúde pública. Quando tudo o que vemos e lemos sobre pessoas em migração e requerentes de asilo são relatos de situações de precariedade extrema, é fácil reduzir essas pessoas à condição na qual se encontram no momento e às atitudes que dela derivam. Resolver o problema da falta de alojamento é, pois, extremamente importante não só para garantir o bem-estar físico e mental de todos, mas também para alterar as representações e preconceitos em relação a pessoas migrantes.

4.2. “Integração”?

A visão tradicional do conceito de integração implica, no fundo, uma adaptação quase forçada do migrante à cultura, valores e normas da sociedade de acolhimento, desconectando-se da sua identidade e cultura de origem. Isto acaba por ser problemático no sentido em que pressupõe uma superioridade da cultura do país de acolhimento em relação à do imigrante, contribuindo em grande medida para a segregação e não aceitação das diferenças culturais que, segundo esta visão, são tidas como algo negativo.

“But is integration not a dubious concept? Does it not often merely serve as a less offensive substitute for assimilation that nonetheless still conveys the same old message of unilateral adaptation into a supposedly homogeneous national culture? And is it not inevitably linked to a ‘receiving country perspective’ that ignores the interests of sending societies as well as the ethnic diasporas and transnational networks of migrants?”

(Baubock, 2001, 47)

Isto acaba por ser problemático no sentido em que pressupõe uma superioridade da cultura do país de acolhimento em relação à do imigrante, contribuindo em grande medida para a segregação e não aceitação das diferenças culturais que, segundo esta visão, são tidas como algo negativo.

Para além disto, o processo de integração é visto como um trabalho e desafio que cabe ao migrante encarar, e não como algo que depende em grande medida das políticas migratórias e de inserção do país e da abertura da sociedade de acolhimento. Desta forma, o foco passa a estar muito mais no migrante e menos em problemas sociais e estruturais do país de acolhimento, o que leva a que não se pense tanto naquilo que, como sociedade, podemos fazer para receber pessoas migrantes mais aberta e humanamente. Está-se, assim, a contribuir para a continuidade dos problemas associados a uma má integração de imigrantes na sociedade de acolhimento, visto que os esforços são feitos no sentido da sua adaptação e transformação e não da facilitação da inserção nas diferentes esferas essenciais à vida em sociedade:

“Assimilation is where the processes affecting change and the relationship between social groups are seen as one-way, the preferred result is one where the newcomers do little to disturb the society they are settling in and become as much like their new compatriots as possible. We may think of it as one-way integration.”

(Modood, 2013, 393)

No fundo, é essencial a valorização e reconhecimento da cultura do migrante, o diálogo intercultural e a abertura para uma participação ativa do migrante na sociedade. Para isso, é necessária a criação de oportunidades para que os migrantes possam participar na vida social, política, económica e cultural da cidade. Estes esforços não podem vir só da sociedade de acolhimento e do migrante, sendo imprescindível a implementação de medidas de combate à exclusão e à discriminação, em particular no que toca à igualdade de oportunidades (especialmente de emprego e habitação), o acesso à educação (com programas educacionais inclusivos e acessíveis) e a justiça social. Porém, estas medidas não terão o efeito desejado se não houver sensibilização e informação por parte da sociedade de acolhimento (Koopmans, 2010). Essencialmente, a ideia de integração tem que ser desconstruída e substituída por uma abordagem mais inclusiva, com foco no respeito dos direitos humanos, da diversidade cultural, e no reconhecimento de que os

migrantes são efetivamente uma parte ativa, indispensável, benéfica e culturalmente riquíssima para a sociedade e país de acolhimento. Uma política assimilacionista que promova uma identidade nacional única está condenada a falhar no mundo globalizado em que vivemos – como defende Baubock (2000; 2001), é importante adotar uma perspectiva transnacional, que reconhece que as sociedades e culturas estão cada vez mais interligadas (e dependentes umas das outras), que isto é inevitável, e que não só não é impossível, como também desejável, a criação de políticas que as unam, representem e respeitem:

“[...] critics of multicultural identity politics have emphasized the twin dangers of fragmentation of the larger political community and of internal repression within cultural minorities. The former results from escalating and proliferating demands for group rights; the latter from tolerating illiberal practices and granting special powers to community leaders. These dangers are sometimes real but more frequently exaggerated. And to repeat the point I have already made: they can no longer be avoided through assimilation policies that produce homogenous and presumably liberal national identities. Liberal democracies must accommodate multinational and multicultural conflicts because they cannot suppress them without abandoning their basic principles”

(Baubock, 2000, 10)

O Estado belga, assumindo-se como um Estado laico, tenta promover a ideia de um espaço público secular, associado à ideia de progresso e de racionalidade. Esta imposição de uma ‘normalidade’ não religiosa e, se religiosa, cristã (Moors e Salih, 2009; Bargados, 2018), acaba apenas por estigmatizar quem não se enquadra nela, indo de encontro à visão da integração como um esforço unilateral do migrante, automaticamente visto como *outsider*, e da diversidade e pluralismo como uma ameaça. Laicidade do Estado deveria significar um tratamento igual de todas as religiões, e não uma supressão de manifestações religiosas.

Um bom exemplo disto foi a proibição, em 2011, do uso do *niqab* e da *burka* em espaços públicos (Mescoli, 2016). Ainda que esta lei tenha sido apresentada como uma proibição de cobrir o rosto em público, impacta especificamente mulheres muçulmanas, já vulnerabilizadas por serem mulheres e mais expostas a situações discriminatórias e

islamofóbicas pelo uso de símbolos religiosos, ao ponto de muitas mulheres optarem até por não usar o véu no local de trabalho (ou, por exemplo, numa entrevista de emprego). Estes casos mostram como existe uma falta de reconhecimento das implicações psicológicas que esta imposição pode ter numa mulher, representando um desrespeito violento à autoridade que esta tem sobre o seu próprio corpo. A visão ocidental do véu como uma redução da mulher à sua sexualidade e um símbolo da sua inferioridade e submissão em relação ao homem acaba por reproduzir a mesma violência que se critica – somos nós que estamos a impor as nossas ideias (formadas a partir de uma posição exterior) à forma como uma mulher se veste. A utilização ou não do véu deve sempre ser escolha da mulher, nunca imposta por leis. Mais ainda, relacionando com o conceito de *Agency* de Butler (2010), o uso do véu por parte das mulheres muçulmanas, na Bélgica e na Europa em geral, assume um carácter reivindicativo do seu direito de escolha e autonomia, a construção de uma identidade que resiste à tentativa de minimizar o uso de símbolos religiosos (e claramente islâmicos) em público. Integração não pode pressupor a supressão das características culturais dos migrantes. Isto fará apenas com que a diversidade não se normalize, o que constitui um problema tendo em consideração a continuidade dos fluxos migratórios.

“In the course of the last decade, the public expression of Islam has been constructed and perceived as a challenge to supposedly homogeneous European nation-states and their secular nature. This has engendered a broad trend towards the culturalisation of citizenship and a transformation in the meaning of integration from participation in society to assimilation to dominant normativities.”

(Moors e Salih, 2009, 375)

Ou seja, de maneira a conseguir fazer frente aos vários entraves à integração tem de haver um esforço e compromisso coletivo que promova a igualdade, a inclusão e o respeito pela diversidade. Esse esforço, como já salientei, tem de vir tanto do Estado e da sociedade civil, como do migrante. A implementação e fortalecimento de leis e medidas antidiscriminação, juntamente com políticas migratórias menos restritivas e uma reforma no procedimento de requerimento de asilo (e do sistema comum de asilo europeu) que o torne mais humano e inclusivo, bem como a criação de vias seguras e legais para a migração, são alguns exemplos de ações a nível governamental e Europeu que

impactariam em grande medida a capacidade (diria mesmo oportunidade) de um migrante se integrar mais facilmente, uma vez que teriam um impacto positivo nas vertentes essenciais para a integração – acesso ao mercado de trabalho, à habitação e educação, para além de combaterem o estigma associado à migração, que se torna interseccional quando os migrantes estão em situação irregular.

Quando a pressão para a integração recai inteiramente sobre o migrante estamos a desvalorizar o seu direito a manter a sua identidade cultural, língua, religião e outras práticas, não deixando espaço para a coexistência cultural entre as diferentes comunidades que habitam a cidade. Não quero, com isto, dizer que não deva haver uma adaptação deste aos valores e normas da sociedade de acolhimento, apenas que esta não se deve fechar e esperar que todo o esforço venha da parte do migrante, uma vez que esta atitude acabará por ter o efeito oposto do desejado. Esta visão unilateral da integração está intrinsecamente ligada ao racismo estrutural nas suas múltiplas manifestações, sendo que uma verdadeira integração não existe se não houver um acesso equitativo aos já referidos serviços e necessidades básicas. Não existindo essas condições primárias, é natural que se formem grupos e bairros étnicos isolados, como acontece em Bruxelas.

Conclusão

A partir da minha experiência prática – não apenas em Bruxelas, mas também como voluntária no campo de refugiados de Vathy e na cidade de Salónica em 2020/2021 – e de toda a pesquisa académica que realizei ao longo destes dois anos de Mestrado, tornou-se claro para mim que a proteção internacional está em vias de deixar de ser um direito para passar a ser uma autorização, quase que um privilégio. Perante o aumento do número de pessoas em migração dentro e para a União Europeia, os Estados-Membros respondem com um reforço no controlo das fronteiras, ao invés de se prepararem internamente para lidar com um número mais elevado de pessoas. Tal como se verificou em 2016, com o “encerramento” da Rota dos Balcãs, a implementação de medidas de securitização das fronteiras e de restrição da imigração faz com que as rotas e a forma como as pessoas se movem dentro delas se alterem, mas não é eficaz em pôr fim a este tipo de fluxos migratórios, muito menos à migração irregular (Weber, 2017; Albahari, 2018).

Com a falta de vias seguras e legais para e dentro da Europa, à qual se juntam sistemas de securitização das fronteiras cada vez mais sofisticados, violam-se os princípios da Convenção de Genebra e colocam-se aqueles que já estão em risco em situações potencialmente mais perigosas. Para além disto, contribui para o aumento da imigração irregular e para o crescimento do negócio do tráfico (Santinho, 2013; Alden 2017). O próprio aumento dos custos das viagens cobrados pelos passadores (visto que são cada vez mais perigosas e correm mais riscos) faz com que sejam poucas as pessoas que efetivamente conseguem chegar à Europa e requerer asilo. Para aqueles que conseguem, é-lhes imposta uma situação de irregularidade, da qual é muito difícil sair (principalmente tendo em conta o Regulamento de Dublin).

Mais ainda, como denota De Genova (2002), a irregularidade apenas existe devido ao valor que produz para os cidadãos – só existe por oposição e está intrinsecamente ligada à regularidade e cidadania, sendo um instrumento para a formação e manutenção de formas de identidade nacional. O “ilegal” é criado pelo legal, de maneira que seja possível continuar a explorar a vulnerabilidade de pessoas em situação irregular. A irregularidade é intencionalmente um mecanismo de exclusão e estigmatização, que intensifica, por oposição, a ideia de nação e fronteira (*Ibid.*; Mezzadra e Neilson, 2013).

Os Estados europeus fingem não ter responsabilidade sobre as vidas dos migrantes irregulares, por estas terem sido postas nas mãos de terceiros, não só passadores, mas também empregadores, por exemplo, não reconhecendo que é essa mesma irregularidade (que é controlada pelo Estado) que leva a milhares de mortes nas fronteiras de UE, a situações de exploração, de precariedade extrema e violações dos Direitos Humanos. São vidas ignoradas.

A liberdade de movimento dentro da União Europeia e da zona Schengen passou a ser considerada um problema de segurança, principalmente a partir de 2015. A visão da imigração como um problema de segurança molda as relações sociais e políticas que se estabelecem, levando à adoção de práticas estratégicas com o objetivo de perpetuar a ideia de que migrantes e requerentes de asilo são uma população externa e, portanto, uma ameaça à coerência cultural e política da Europa – alterando as representações em relação aos imigrantes, que passam a ser recebidos cada vez com mais hostilidade. É, no fundo, necessária uma reconceptualização da ideia de segurança, que se centre nas pessoas e não no Estado, quer seja nos países de acolhimento como nos países de origem. Para isto, é essencial que haja uma reestruturação das dinâmicas políticas e económicas de exploração do Sul pelo Norte global – é necessária a criação de vias legais para a migração que reconheçam que estes fluxos são causados por problemas estruturais e que a solução não é a aplicação de medidas que têm por base a segurança do Estado. Fluxos de refugiados, e fluxos migratórios no geral, são uma expressão da enorme discrepância entre os dois polos, que o Norte tenta compensar através da mobilização de fundos para assistência humanitária e desenvolvimento que, na verdade representa uma pequena parte dos lucros obtidos através da exploração desses mesmos países e seus conflitos (Portes e Böröcz, 1989; Sekulić, 2017):

“While in appearance migration arises out of a series of "rational" economic decisions by individuals to escape their immediate situation, in reality its fundamental origin lies in the history of past economic and political contact and power asymmetries between sending and receiving nations.”

(Portes e Böröcz, 1989, 611)

Falando, agora, do contexto particular vivido por pessoas migrantes nos países de acolhimento, para que se alterem as visões e representações sobre a migração e pessoas

migrantes, é fundamental que se lute contra a visão unilateral da integração, que se percebam as implicações inerentes a essa visão e que se adote uma perspectiva mais fluída e compreensiva do processo. É, também, importante uma sensibilização para toda a conjuntura em torno das migrações, que a sociedade de acolhimento esteja informada sobre aquilo que é ser migrante, refugiado, requerente de asilo, sobre as dinâmicas internacionais e políticas que levam uma pessoa a sair do seu país de origem. Daí a relevância da ação da PCSR no que toca à sensibilização, mobilização e envolvimento civil, não só na tentativa de desconstrução da ideia de integração, mas também na transformação da força civil em força política, fazendo pressão para que sejam respeitados os Direitos Humanos e a lei belga em questão de asilo e migração.

Desta forma, em tom de conclusão para este relatório e de reflexão final sobre os meus oito meses de estágio em Bruxelas, quero realçar a importância de reconhecer os limites da ação da PCSR de maneira a conseguir continuar a providenciar um acolhimento e acompanhamento de qualidade, apesar da vontade de ajudar o maior número possível de pessoas. É importante aceitar que este papel cabe ao governo belga e à União Europeia e que as organizações não-governamentais não podem de forma alguma compensar a falta de ação por parte do Estado. A luta e a resistência contra o sistema de acolhimento e de asilo europeus está ainda muito longe de ser vencida.

Bibliografia

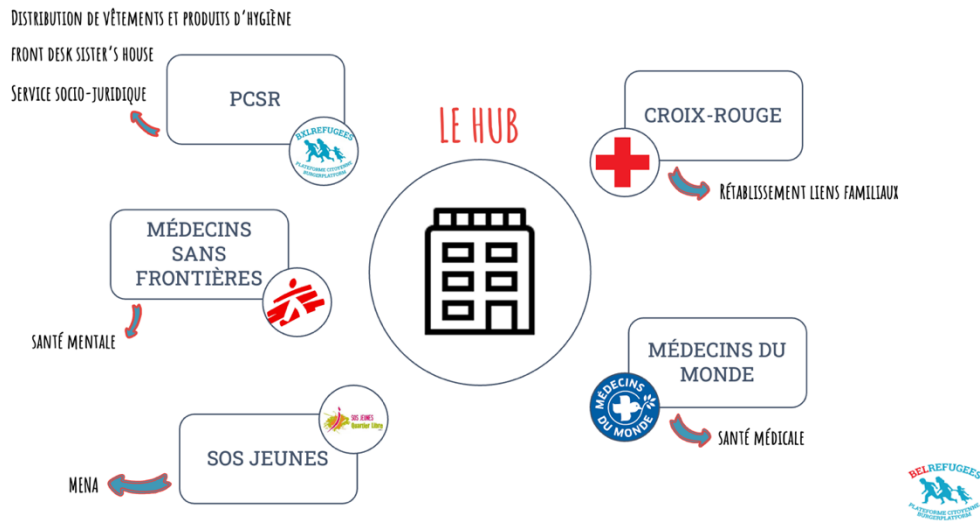
- Albahari, Maurizio. 2018. "From Right to Permission: Asylum, Mediterranean Migrations, and Europe's War on Smuggling." *Journal on Migration and Human Security* 6 (2). <https://doi.org/10.1177/2311502418767088>
- Alberto López Bargados. 2018. "Barcelona, ¿Ciudad Islamófoba? Variaciones Sobre Las Políticas Seculares Y El 'Problema Musulmán.'" *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos* 24 (June): 89–108. <https://doi.org/10.15366/reim2018.24.006>
- Alden, Edward. 2017. "Is Border Enforcement Effective? What We Know and What It Means." *Journal on Migration and Human Security* 5 (2): 481–90. <https://doi.org/10.1177/233150241700500213>
- Baubock, Rainer. 2000. "European Integration and the Politics of Identity." *IWE Working Papers* 8. Austrian Academy of Sciences – Research Unit for Institutional Change and European Integration
- Baubock, Rainer. 2001. "International Migration and Liberal Democracies: The Challenge of Integration." *Patterns of Prejudice* 35 (4): 33–49. <https://doi.org/10.1080/003132201128811278>
- Bretherton, Joanne. 2017. "Reconsidering Gender in Homelessness." *European Journal of Homelessness* 11 (1). https://www.feantsaresearch.org/download/feantsa-ejh-11-1_a1-v045913941269604492255.pdf
- Brubaker, Rogers. 2004. *Ethnicity without Groups*. Cambridge: Harvard University Press.
- Butler, Judith. 2010. "Perfomative Agency." *Journal of Cultural Economy* 3 (2): 147–61. <https://doi.org/10.1080/17530350.2010.494117>
- Butler, Judith, Zeynep Gambetti, and Leticia Sabsay, eds. 2016. *Vulnerability in Resistance*. Duke University Press.
- Ceyhan, Ayse, and Anastassia Tsoukala. 2002. "The Securitization of Migration in Western Societies: Ambivalent Discourses and Policies." *Alternatives: Global, Local, Political* 27 (1): 21–39. <https://doi.org/10.1177/03043754020270s103>
- Challinor, Elizabeth Pilar. 2011. "Identidade E Pertença: Para Além Das Dimensões Materiais Do Sofrimento Social." *Etnografica* 15 (3): 479–500. <https://doi.org/10.4000/etnografica.1044>

- CIRÉ - Coordination et Initiatives pour Réfugiés et Étrangers. 2015. “Fiches Pratiques de l’Accueil – 10 Accueil Des Demandeurs d’Asile ‘Dublin.’”
<https://www.cire.be/wp-content/uploads/2015/04/fiche-pratique-11-dublin.pdf>
- Crenshaw, Kimberle. 1989. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.” *University of Chicago Legal Forum* 1989 (1): 139–67.
- Dantas, Abdon. 2018. “Engendering Hope through Space Transformation; from Places of Refuge to Urban Hubs.” AESOP Annual Conference.
- Davis, Kathy. 2008. “Intersectionality as Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes a Feminist Theory Successful.” *Feminist Theory* 9 (1): 67–85.
- De Genova, Nicholas P. 2002. “Migrant ‘Illegality’ and Deportability in Everyday Life.” *Annual Review of Anthropology* 31: 419–47.
<http://www.jstor.org/stable/4132887>
- Ersanilli, Evelyn, and Ruud Koopmans. 2011. “Do Immigrant Integration Policies Matter? A Three-Country Comparison among Turkish Immigrants.” *West European Politics* 34 (2): 208–34.
<https://doi.org/10.1080/01402382.2011.546568>
- Fadil, Nadia. 2010. “Breaking the Taboo of Multiculturalism: The Belgian Left and Islam.” In *Thinking through Islamophobia: Global Perspectives*, edited by Salman Sayyid and Abdoolkarim Vakil, 235–50. London/New York: Hurst/Columbia University Press. <https://hdl.handle.net/1814/15278>
- Garny, Naïké. 2022. “Comment Prendre En Compte La Pensée Féministe Postcoloniale Dans l’Accueil Des Femmes En Migration ? Le Cas de La Sister’s House.” Tese de Mestrado, Université Catholique de Louvain.
- Graauw, Els de, and Floris Vermeulen. 2016. “Cities and the Politics of Immigrant Integration: A Comparison of Berlin, Amsterdam, New York City, and San Francisco.” *Journal of Ethnic and Migration Studies* 42 (6): 989–1012.
<https://doi.org/10.1080/1369183x.2015.1126089>
- Haas, Hein de. 2017. “Eight Myths about Migration and Refugees Explained.” *Spiegel International*, March 21, 2017. <https://www.spiegel.de/international/world/eight-myths-about-migration-and-refugees-explained-a-1138053.html>
- Hall, Stuart. 2006. *A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade*. Translated by Tomaz Tadeu da Silva and Guaracira Lopes Louro. 11th ed. Rio de Janeiro: DP&A.

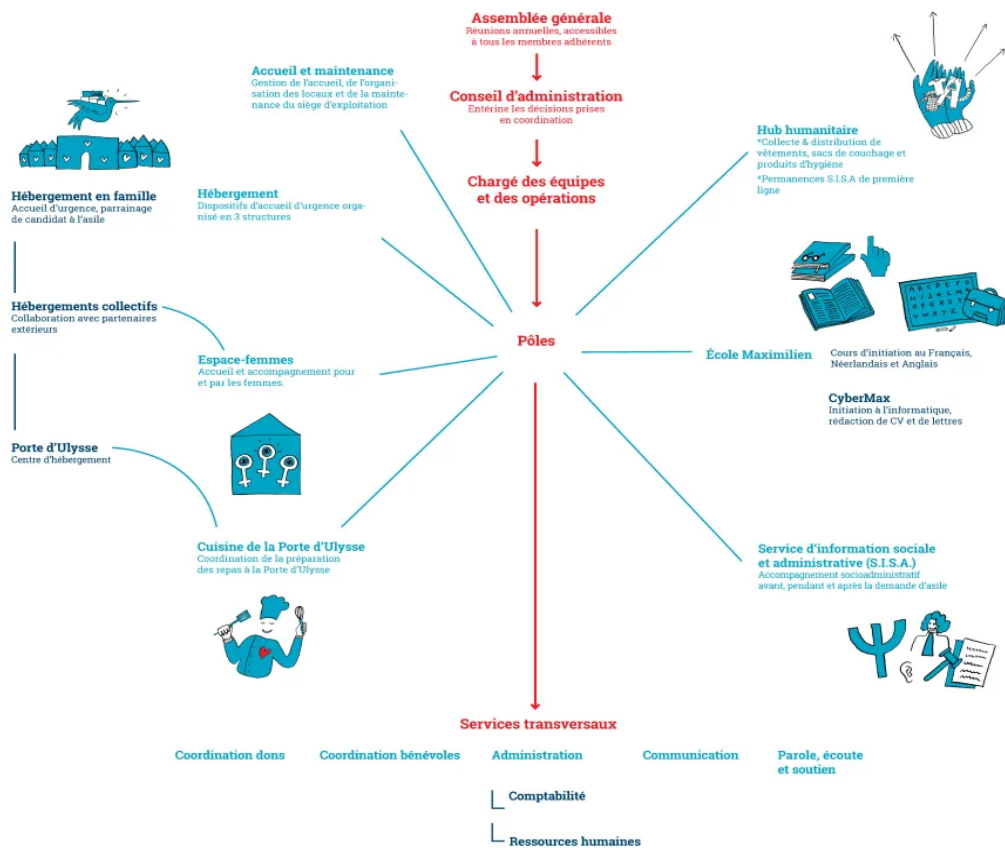
- Josipović, Damir. 2017. "Geopolitic and Migration: Migration Industry as an Important Factor of (De)Stabilization of Europe and the Middle East." In *Towards Understanding of Contemporary Migration: Causes, Consequences, Policies and Reflections*, edited by Mirjana Bobić and Stefan Janković, 1–24. Belgrade: Institute for Sociological Research, Faculty of Philosophy, University of Belgrade.
- Kis-Benedek, József. 2016. "Illegal Migration and Terrorism." *Journal of Security and Sustainability Issues* 5 (4): 455–64. [http://dx.doi.org/10.9770/jssi.2016.5.4\(1\)](http://dx.doi.org/10.9770/jssi.2016.5.4(1))
- Koopmans, Ruud. 2010. "Trade-Offs between Equality and Difference: Immigrant Integration, Multiculturalism and the Welfare State in Cross-National Perspective." *Journal of Ethnic and Migration Studies* 36 (1): 1–26. <https://doi.org/10.1080/13691830903250881>
- Korac-Sanderson, Maja. 2017. "Bordering and Rebordering Security: Causes and Consequences of Framing Refugees as a 'Threat' to Europe." In *Towards Understanding of Contemporary Migration: Causes, Consequences, Policies and Reflections*, edited by Mirjana Bobić and Stefan Janković, 25–40. Belgrade: Institute for Sociological Research, Faculty of Philosophy, University of Belgrade.
- Lind, Laura. 2015. "From Europe to Jihad-Motivations behind Joining Extremist Organisations and the Three Levels of Identity." Tese de Mestrado, Tallinn University of Technology. https://www.academia.edu/72385551/From_Europe_to_Jihad_Motivations_Behind_Joining_Extremist_Organisations_and_the_Three_Levels_of_Identity
- Mescoli, Elsa. 2016. "Forgotten Women: The Impact of Islamophobia on Muslim Women in Belgium ." Brussels: European Network Against Racism.
- Mezzadra, Sandro, and Brett Neilson. 2013. *Border as Method, Or, the Multiplication of Labor*. Durham: Duke University Press.
- Mandin, Jérémy. 2014. "An overview of integration policies in Belgium". Migration Policy Centre, INTERACT Research Report, Country Reports, 2014/20. Robert Schuman Centre for Advanced Studies, San Domenico di Fiesole (FI): European University Institute.
- Modood, Tariq. 2013. "'Post-Immigration 'Difference' and 'Integration.'." In *New Paradigms in Public Policy*, edited by Peter Taylor-Gooby. USA: Oxford University Press.

- Moors, Annelies, and Ruba Salih. 2009. "'Muslim Women' in Europe: Secular Normativities, Bodily Performances and Multiple Publics." *Social Anthropology* 17 (4): 375–78. <https://doi.org/10.1111/j.1469-8676.2009.00090.x>
- Myria - Centre Fédéral Migration . 2022. "Le Gouvernement Fédéral En Échec Face à La Crise de l'Accueil : Crise Humanitaire et Atteinte à l'Etat de Droit." https://www.myria.be/files/2022.12.21_Note_Crise_de_laccueil.pdf
- Norris, Pippa, and Ronald F. Inglehart. 2012. "Muslim Integration into Western Cultures: Between Origins and Destinations." *Political Studies* 60 (2): 228–51. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2012.00951.x>
- Portes, Alejandro, and Jozsef Böröcz. 1989. "Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on Its Determinants and Modes of Incorporation." *International Migration Review* 23 (3): 606–30. <https://doi.org/10.2307/2546431>
- Santinho, Maria Cristina. 2013. "Afinal, Que Asilo é Este Que Não Nos Protege?" *Etnografica* 17 (1): 5–29. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2522>
- Sayyid, S. 2009. "Answering the Muslim Question: The Politics of Muslims in Europe." *E-Cadernos CES* 3 (March). <https://doi.org/10.4000/eces.180>
- Schmid, Alex P. 2016. "Links between Terrorism and Migration: An Exploration." 2016. <https://www.icct.nl/sites/default/files/import/publication/Alex-P.-Schmid-Links-between-Terrorism-and-Migration-Executive-Summary.pdf>.
- SEF/GEPP. 2023. "Relatório de Imigração, Fronteiras E Asilo 2022." <https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>
- Sekulić, Nada. 2017. "Military Expenditure and Arms Trade in the Middle East and Their Impact on the Refugee Crisis in Europe." In *Towards Understanding of Contemporary Migration: Causes, Consequences, Policies and Refelctions*, edited by Mirjana Bobić and Stefan Janković, 41–57. Belgrade: Institute for Sociological Research, Faculty of Philosophy, University of Belgrade.
- Smet, François de. 2012. "Les Politiques d'Intégration: Mise à l'Épreuve de l'Identité Intérieure". Université Libre de Bruxelles, Faculté des sciences sociales et politiques, Département de science politique. https://dipot.ulb.ac.be/dspace/bitstream/2013/189089/1/2012_PolicyPapers_Prix_Ullens_PolitiquesIntegration.pdf
- Weber, Bodo. 2017. "The EU-Turkey Refugee Deal and the Not Quite Closed Balkan Route." Sarajevo: Friedrich-Ebert Stiftung Southeast Europe.

Anexos



Anexo 1: Organização do HUB Humanitaire



Anexo 2: Organigrama da Plataforma Cidadã de Apoio aos Refugiados BEL Refugees.

Fonte: <http://www.bxlrefugees.be/benevoles/>